

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA  
SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Evelin Melo Mintegui**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

# **ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES**

**Evelin Melo Mintegui**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

**Orientadora: Prof. Dra. Mari Cleisi Sandalowski**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mintegui, Evelin Melo

Arquivistas: uma análise sob o viés da sociologia das profissões / Evelin Melo Mintegui.-2014.

77 p.; 30cm

Orientadora: Mari Cleisi Sandalowski

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2014

1. Sociologia das profissões 2. Arquivistas 3. Capital simbólico I. Sandalowski, Mari Cleisi II. Título.

---

© 2014

Todos os direitos autorais reservados a Evelin Melo Mintegui. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: eminteguimail@gmail.com

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA  
SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES**

elaborada por  
**Evelin Melo Mintegui**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Mari Cleisi Sandalowski, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Ricardo Mayer, Dr. (UFSM)**

---

**Eduardo Lopes Cabral Maia, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 11 de agosto de 2014.

## AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimentos é sempre complicado pelo temor de deixarmos alguém importante de fora dessas linhas. A todos que se sentirem de alguma forma excluídos, saibam que não é esse registro que simboliza minha gratidão e sim todo o carinho e o brilho nos olhos que ainda podemos trocar.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha querida orientadora Mari Cleisi, por sua atenção, confiança e incentivo. Aos professores e a funcionária, Jane, do PPGCSociais, UFSM, sempre tão atenciosos.

À minha família, especialmente as amadas mãe Nancy e madrinha Lily, por sua fé inabalável. Às maninhas Cristiani, Cristieli e Jéssica, companheiras de infância e parceiras pra vida, amo-as! Ao meu pai, José Carlos, que me apoiou justamente quando eu achava que já não conseguiria realizar meus sonhos.

Aos queridos colegas de mestrado: Danielle, Alcir, Marco, Antero, Priscila, Lucinéia, Gabriela, Eveline, Morgana, Cristiane, Cláudia, Diego e Bruna, que tornaram tão leves e interessantes as tardes de aulas durante o ano de 2012, e que continuaram a contribuir no grupo online, provando que a cooperação é infinitamente mais interessante que a competição.

Aos meus colegas do Curso de Arquivologia da FURG: Roberta, Mateus e Luciana, por me apoiarem e compreenderem minhas ausências devido ao período de escrita. Também aos meus alunos, que aturaram algumas fases de desilusão e distanciamento, mas que mantiveram a postura de apoio.

Às amigas Letícia e Isabel, que mesmo distantes nunca estão realmente longe. À Marieli por sua calma e gentileza, mesmo nos meus dias de mau humor. E ao Bruno, meu mais querido apoiador, cevador de chimarrão e segurador de barras. E não poderia deixar de citar meus queridos sogros, Ananias e Avani, que sempre estiveram presentes.

Agradeço ainda à todos os arquivistas que de alguma forma participaram na pesquisa, seja com suas postagens, entrevistas ou “pitacos”. A todos, muito obrigada!

## **RESUMO**

**Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Santa Maria**

**ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES**

**AUTORA: EVELIN MELO MINTEGUI**

**ORIENTADORA: MARI CLEISI SANDALOWSKI**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de agosto de 2014.**

Este trabalho procurou compreender a profissão de arquivista do ponto de vista da sociologia das profissões. A partir de uma revisão bibliográfica em relação ao tema das profissões, o conceito de campo de Pierre Bourdieu foi fundamental para delineamento do objeto de pesquisa. Assim, procurava-se o campo da arquivologia e da profissão. Foram coletadas postagens nas redes sociais de arquivistas em relação à sua profissão, bem como foram realizadas entrevistas com alguns indivíduos. O levantamento documental também foi necessário para caracterizar a profissão e sua trajetória no país. Durante a análise dos dados verificou-se que não haveria possibilidade de uma concepção de campo da arquivologia, uma vez que este conceito requer certa independência. Depois de considerar-se o campo da ciência da informação, escolheu-se o campo informativo documental contemporâneo como referência para localizar a arquivística e a profissão de arquivista, concorrendo com outras áreas de conhecimento e profissões que também tomam os arquivos como seus objetos (historiadores, bibliotecários). A análise revelou estratégias de fortalecimento tanto da área de conhecimento como da profissão.

**Palavras-chave:** Sociologia das profissões. Arquivistas. Capital simbólico.

## **ABSTRACT**

**Master's Dissertation  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Santa Maria**

### **ARCHIVISTS: AN ANALYSIS UNDER THE BIAS OF SOCIOLOGY OF THE PROFESSIONS**

**AUTHOR: EVELIN MELO MINTEGUI**

**PROFESSOR ADVISER: MARI CLEISI SANDALOWSKI**

**Date and Local of Dissertation's Defense: Santa Maria, august 11 2014.**

This study sought to understand the profession of archivist's point of view of the sociology of professions. From a literature review on the topic of the professions, the concept of field of Pierre Bourdieu was critical to design the research object. So, looking up the field of archival science and profession, postings were collected on social networks from archivists in relation to his profession, as well as interviews with some individuals were performed. The documentary survey was also necessary to characterize the profession and its history in the country (Brazil). During the data analysis it was found that there was no possibility of designing the archival field, since this concept requires a certain independence. Once considered the field of information science, we chose the contemporary informative documentary field as a reference to locate archivistics (archival science) and the profession of archivist, competing with other areas of knowledge and professions which also take the files as its objects (historians, librarians). The analysis revealed strategies to strengthen both the knowledge area as the profession.

**Keywords:** Sociology of professions. Archivists. Social capital.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa, objetivos, justificativa .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2 Metodologia.....</b>	<b>10</b>
<b>1.3 Estrutura do texto.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVOS .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Arquivologia ou arquivística .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 O objeto da arquivística .....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 A relação da arquivologia com a história .....</b>	<b>19</b>
2.3.1 Abordagens dos estudos sobre a memória.....	21
<b>2.4 A biblioteconomia, a ciência da informação e a arquivologia na tabela de áreas de conhecimento da CAPES .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5 Campo informativo documental contemporâneo .....</b>	<b>29</b>
<b>2.6 A profissão de arquivista no Brasil .....</b>	<b>30</b>
<b>3 EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 As categorias de trabalho e profissão .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 Sociologia das profissões: abordagens teóricas.....</b>	<b>38</b>
3.2.1 Precusores .....	38
3.2.2 O funcionalismo .....	39
3.2.3 O interacionismo simbólico.....	42
3.2.4 Os autores de linha weberiana .....	44
3.2.5 Abbott e a teoria sistêmica.....	47
3.2.6 Bourdieu – contribuições para o estudo das profissões .....	48
<b>3.3 A aplicação do referencial teórico à profissão de arquivista .....</b>	<b>50</b>
<b>4 AS REPRESENTAÇÕES DOS ARQUIVISTAS .....</b>	<b>54</b>
<b>4.1 A profissão.....</b>	<b>55</b>
<b>4.2 A memória para os arquivistas.....</b>	<b>66</b>
<b>4.3 O campo informativo documental e o habitus dos arquivistas .....</b>	<b>69</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>



# 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta dissertação vem da tentativa de relacionar minhas duas áreas de formação acadêmica e profissional: arquivologia e ciências sociais. A princípio, o projeto apresentava como objetivo geral compreender como o processo de busca de reconhecimento da profissão de arquivista contribuía na construção e constituição do campo arquivístico no Brasil, utilizando um ponto de vista sociológico. Assim, foram traçados como objetivos específicos algumas linhas gerais para consecução do intuito mais amplo: apresentar as principais características da profissão de arquivista; levantar os componentes constituintes do campo arquivístico; levantar discursos das associações de arquivistas, dos próprios profissionais e das instituições arquivísticas sobre o processo de constituição da profissão de arquivista e analisar as relações entre discursos, agentes e instituições do campo arquivístico. Esperava mostrar esse campo, seus agentes e evidenciar que a minha hipótese, de que a busca por reconhecimento da profissão moldava esse campo, estava correta. Escolhi, a partir dos objetivos específicos, um instrumental metodológico que considerei adequado: levantamento documental (que incluía a coleta de postagens em redes sociais a respeito da profissão de arquivista, livros, artigos, sites das associações profissionais), entrevistas estruturadas (com arquivistas), observação direta em eventos (congressos, seminários, etc).

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, percebi que caía no grande engodo dentro das ciências sociais de tomar a metodologia por teoria. Meu referencial, pelo menos eu assim pensava, apresentava conceitos definidos, os quais eu encontraria na realidade, ou pelo menos analisaria a mesma até “faze-la caber” nas definições previstas. A análise dos primeiros dados, levantados em entrevistas realizadas em um congresso em 2012, parecia formar um nada, com resultado zero. Não vi *habitus*, não vi *campo* (dois conceitos bourdesianos que eu pensava serem meu ponto de partida) e estava bastante frustrada.

Certo tempo passou até que me desse conta desse engano. Fui consolada pela percepção de que “a construção do objeto (...) não é uma coisa que se produza de uma assentada” (BOURDIEU, 2010, p. 27). É um trabalho que exige “retoques sucessivos”, “correções”, “emendas”. Percebi que estava fetichizando os conceitos em vez de “os fazer funcionar, de os pôr em ação”.

Retomando o ponto de partida, procurei então construir meu objeto novamente. O primeiro passo seria então fazer a ruptura com a realidade automaticamente percebida: tomar

como objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído (BOURDIEU, 2010, p. 28), abordando um caso empírico com a intenção de se construir um modelo (p. 34), um sistema coerente de relações que possa ser posto a prova.

No caso do tema proposto, há dois processos evidentes de construção social: o da profissão de arquivista e o do próprio termo profissão. Em relação à profissão, além das concepções do senso comum do termo, há as construções teóricas instituídas pela própria disciplina sociológica (em diversas linhas e abordagens). Em relação à profissão de arquivista, existia ainda o desafio de ser “parte do grupo” que pretendia analisar, correndo o risco tanto de fazer uma pesquisa de “encomenda”, que apenas reafirmasse uma imagem desejada, quanto de usar a sociologia para “acertar as contas”<sup>1</sup> de arquivista.

No que se refere à revisão teórica, procurei rever abordagens sobre profissões, profissionalismo e os conceitos de *campo* e *habitus*, que num primeiro momento pareceram ser tomados como moldes, mas desta vez de maneira mais “leve”, no intento de demonstrar o campo de pesquisa, os agentes e as estruturas que iam aparecendo. Por isso, aparece também a revisão a respeito do conceito de memória, uma vez que se mostrou necessário para análise dos dados coletados.

Quanto ao aspecto de eu mesma ser arquivista, ocorreu um fato que ampliou o acesso ao grupo de interesse na pesquisa, mas que também intensificou a necessidade de se fazer a tal ruptura epistemológica de que fala Bourdieu: tomei posse como docente no magistério superior, em um curso de graduação em arquivologia. Esta situação me permitiu ampliar a observação para o lado acadêmico das disputas e atores, isto é, dentro da política universitária, mas também ampliou o perigo de fazer da sociologia “arma nas lutas do interior do campo, em vez de fazer dela um instrumento de conhecimento nessas lutas” (BOURDIEU, 2010, p. 52).

Considerando tais construções, o próximo capítulo propõe-se a demonstrar a revisão teórica realizada a respeito do conceito de profissão na sociologia, que explica a posição adotada para abordagem do tema. O capítulo seguinte apresenta o que é arquivologia, do que se trata a profissão de arquivista no país, suas associações e o estado da arte dos cursos de graduação nas universidades brasileiras, procurando construir uma “história social” dessa prática. Outro capítulo mostra as postagens levantadas nas redes sociais, relacionando com

---

<sup>1</sup> Bourdieu faz referencia a um teólogo que se faz sociólogo: ele poderia “proceder a uma espécie de regressão e pôr-se a falar como teólogo. O mesmo se passará com um ex-filósofo, que se arriscará sempre a encontrar na sociologia da filosofia uma maneira de prosseguir guerras filosóficas por outras vias.” (BOURDIEU, 2010, p. 51).

respostas às questões feitas nas entrevistas. Foram esses os dados que geraram a necessidade da revisão a respeito do conceito de memória, visto que além de ser bastante citado trata-se de um conceito que faz parte da formação dos arquivistas, ou seja, seu uso pode fazer menção a uma construção do senso comum, a uma referência à determinado autor ou linha teórica ou a um “contrabando” do termo, disfarçado de cientificidade.

A conclusão acabou por não encontrar campo arquivístico, logo a hipótese de um *habitus* profissional moldando esse campo não foi confirmada. Entretanto, apresenta muito mais elementos do que se imaginava trazer. Espera-se que o modelo dê conta de explicar o sistema de relações envolvido, embora durante o trabalho de campo se tenha aprendido que são o envolvimento e os dados colhidos e trazidos para análise os melhores condutores de uma pesquisa social.

### **1.1 Problema de pesquisa, objetivos, justificativa**

Apesar da diferença de enfoque, o objetivo geral da pesquisa era o de analisar como o processo de busca de reconhecimento da profissão de arquivista atua na construção e constituição do campo arquivístico no Brasil. Como objetivos específicos, foram propostos:

- Apresentar as principais características da profissão de arquivista;
- Levantar os componentes constituintes do campo arquivístico;
- Levantar discursos dos próprios arquivistas e sobre o processo de constituição da profissão; e
- Analisar as relações entre discursos, agentes e instituições do campo arquivístico.

Na fase de reunião dos dados e de análise percebeu-se que não existiria uma campo arquivístico, mas sim, um campo informativo documental. Esse dado alterou a análise e permitiu uma melhor contextualização das disputas.

### **1.2 Metodologia**

No que se refere ao método de coleta de dados, a pesquisa se utilizou de observação em campo, levantamento documental e entrevistas. Cada método de coleta de dados foi escolhido em busca da consecução de dados que permitissem atingir os objetivos de pesquisa.

Com a observação em campo foi possível levantar discursos das associações de arquivistas, dos próprios profissionais e das instituições arquivísticas. Em Boni e Quaresma (2005) encontramos sua definição:

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996:79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Esta técnica é denominada observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente este tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado (p. 71).

Com os dados do levantamento documental apresentaram-se as principais características da profissão de arquivista no país e foi possível reunir componentes constituintes do campo informativo documental contemporâneo. A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos, mas que se difere de uma pesquisa bibliográfica:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (SÁ SILVA et al., 2009, p. 6).

Ainda como parte do levantamento documental foram coletadas postagens de redes sociais que se refiram à profissão de arquivista, que também foram utilizadas como forma de aproximação durante as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro, dentro daquilo que pode ser definido como entrevista semi-estruturada:

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Para compreender as particularidades de um grupo profissional é necessário constituir um corpus conceitual que permita entender o modo pelo qual se constituem modelos típicos ideais de formas de se conduzir em sociedade (SANDALOWSKI, 2012). É através desses modelos que os membros de uma profissão específica estabelecem suas ações. Assim, a análise dos dados será feita através da operacionalização dos conceitos levantados na revisão de bibliografia, relacionando-os com os objetivos específicos. Tal relação pode ser mais facilmente visualizada no quadro abaixo:

<b>Objetivo específico</b>	<b>Método de levantamento de dados</b>	<b>Categoria de análise</b>	<b>Operacionalização do conceito</b>
Identificar as principais características da profissão de arquivista	Levantamento documental;	Profissão	Princípios que norteiam a profissão, o que a diferencia de outras; definições legais; Ser profissional/Agir profissional
Levantar componentes constituintes do campo arquivístico	Levantamento documental; Observação;	Campo	Espaço de atuação profissional
Levantar discursos próprios profissionais sobre a profissão	Levantamento documental; Observação; Entrevistas estruturadas e em profundidade;	Capital social, Capital simbólico, capital cultural	Que relações são consideradas valiosas para uso em estratégias de reconhecimento da profissão
Analisar as relações entre discursos, agentes e instituições do campo arquivístico.	-	-	Cruzar os dados com as categorias de análise

Quadro 1 – Levantamento de dados e análise de resultados para a pesquisa

### 1.3 Estrutura do texto

Buscando apresentar o universo da pesquisa, o Capítulo 2 faz uma contextualização sobre o que é a arquivologia e os arquivos. Explana-se sobre o objeto de estudo e fazer profissional da arquivística bem como suas relações com outras áreas de conhecimento envolvidas no tratamento de documentos, como história, biblioteconomia e ciência da

informação. No que se refere à relação com a história, é especialmente as abordagens a cerca dos estudos de memória que são destacados para demonstrar possibilidades de incorporação do conceito nos discursos.

O Capítulo 3 apresenta a busca pelo referencial teórico de análise. Faz uma apresentação das ideias acerca das profissões sob diversos pontos de vista, desde a abordagem dos clássicos até a concepção relacional de Bourdieu, considerada como a mais adequada do ponto de vista aqui defendido.

O Capítulo 4 apresenta os dados coletados de maneira a considerar os seguintes aspectos: motivos que levaram à escolha da profissão de arquivista, percepções dos agentes sociais a cerca da profissão de arquivista, e construções a cerca da importância da representatividade de classe pelos profissionais arquivistas. Os dados apresentam-se na forma de trechos de transcrições de entrevistas e imagens coletadas nas redes sociais.

Por fim, a conclusão procura recapitular e articular os conceitos elencados para operacionalização por meio da análise dos dados, bem como resgatar os objetivos iniciais da pesquisa.

Segue-se a contextualização a cerca da arquivologia ou arquivística, seus objetos e relações.

## 2 A ARQUIVOLOGIA E OS ARQUIVOS

Para compreender a especificidade da profissão de arquivista é preciso apresentar um pouco das características da disciplina arquivística e de seu objeto científico.

### 2.1 Arquivologia ou arquivística

A arquivologia pode ser considerada a disciplina que reúne o conhecimento e as técnicas necessária para a gestão e a preservação de arquivos. Para os fins deste trabalho, nos referimos à arquivística como esse conjunto de conhecimentos a respeito do tratamento de arquivos, deixando o termo arquivologia para referir-nos aos cursos de graduação na área. Todo estudante que escolhe essa carreira em algum momento enfrenta a admiração de seus amigos e familiares ao revelar que, sim, existe a formalização desse conhecimento: existem cursos superiores em arquivologia.

A arquivologia ou arquivística apresenta definições de ciência, área técnica e como disciplina. Não é pretensão discutir aqui seu estatuto, embora se perceba uma preocupação da área em afirmar-se no sentido de disciplina científica.<sup>2</sup> Embora só tenha conformedo seu corpus teórico no fim do Sec. XVIII, o conjunto de saberes em relação aos arquivos pode ter sua origem remetida às origens das civilizações humanas pós-escrita (SILVA et. al., 1999).

Vivas Moreno (2004, p. 30) propõe uma interessante periodização da história da arquivística, dividindo-a em quatro etapas: a arquivística como instrumento indutivo e funcional (das primeiras formalizações de arquivos até a Idade Média), a arquivística como doutrina patrimonial jurídico-administrativa (da Baixa Idade Média até segunda metade do século XVIII), a arquivística como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa (da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do século XX) e a arquivística integral inserida na sociedade da informação<sup>3</sup> (dias atuais). Essa divisão, baseada em alterações de

---

<sup>2</sup> Um dos mais recentes trabalhos que afirmam a cientificidade do campo dos arquivos é o de Schmidt (2012) – “Arquivologia e construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias e contextualizações, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – ECA – USP.

<sup>3</sup> O termo sociedade da informação refere-se àquela sociedade “na qual a produção, processamento e distribuição da informação são atividades econômica e social primárias” (STRUBHAAR apud SQUIRRA, 2005). Há diversas críticas a essa concepção de funcionamento da sociedade. Aqui cita-se o posicionamento

procedimentos administrativos, que por suas vez acabam refletidos nos documentos revelam a proximidade da relação deste saber com as instituições de poder, como Estado e Igreja. Claro está que esta proposta divisão temporal não pretende dar conta das diversas correlações e interdisciplinaridade que a disciplina apresentou e apresenta ao longo do tempo, mas especificar os períodos mais significativos da história da disciplina e suas características mais notórias, que determinam a existência e a particularidade dos mesmos (VIVAS MORENO, 2004, p. 77).

A primeira fase seria a considerada pelo autor como uma fase “de la practica a la ciência”, em que a arquivística tem o domínio do empírico. O arquivo aparece como forma de monumento (templos, tabulários). Essa fase, que parece desde a escrita com fins administrativos terminaria com a queda do Império romano, que transformaria os arquivos de res publica para propriedade particular, da mesma forma como a instituição que poderíamos hoje reconhecer como Estado. A segunda fase seria o período “pre-archivístico”. A arquivística se desenvolve nesse momento como doutrina patrimonial e jurídica a serviço da administração, tendo a documentação utilidade na afirmação do direito dos Estados sobre os territórios. Esta fase se consolidaria no Estado Moderno, desaparecendo com as revoluções burguesas, quando há a recuperação do direito romano nos procedimentos administrativos.

Continuando a descrição de Vivas Moreno (2004), a terceira fase de desenvolvimento da arquivística seria caracterizada como o período de efetiva transformação da mesma em disciplina, consolidando seus principais conceitos teóricos, como o princípio de respeito aos fundos ou de proveniência. Essa fase coincide com o aparecimento de movimentos identitários e nacionalistas. No mesmo período há o aparecimento de escolas específicas para a formação de profissionais de arquivo<sup>4</sup> e a organização do saber sobre arquivos em disciplina, bem como há a valorização dos arquivos como laboratórios da história, outra disciplina em plena ascensão, que por muito tempo parece ter subordinado a arquivística como disciplina auxiliar.

A partir da metade do século XX, com a ampliação das tecnologias de reprodução e pela “procedimentalização” administrativa baseada em documentos escritos, ocorre algo que não havia até então sido considerado a respeito dos documentos de arquivo: sua gestão. Nos Estados Unidos desenvolve-se uma linha conhecida como *records management*, que

---

de Vivas Moreno pela didática divisão de fases para o desenvolvimento da arquivística. Apesar de não se desejar aqui discutir a pertinência do conceito ao objeto aplicado, percebe-se que a maior parte das publicações a respeito da área de arquivos reconhece ser esta uma conceituação válida, sendo recorrente o uso dessa concepção no discurso de arquivistas, tanto científica como cotidianamente.



considerava o uso administrativo dos documentos, eliminando-se aquilo que já não portasse vigência. Essa diferença de percepções entre os *archivists*, que cuidavam de arquivos históricos, e os *records management*, que cuidam de arquivos administrativos, cria uma cisão na profissão até hoje recorrente naquele país, existindo inclusive representação profissional e formação distinta para ambas.

Embora o processo de gestão de arquivos administrativos seja incipiente até hoje, a última fase apresentada por Vivas Moreno (2004) para o desenvolvimento da arquivística compreende sua conformação de prática à teoria científica. Enquanto a tradição europeia apontava a uma maior interdisciplinaridade da arquivística com a história e o direito, a tradição americana apontava no sentido da gestão e da disciplina da administração. O que ocorre nesse período é percepção da integração dessas duas vertentes, uma visão integral do ciclo documental, desde sua criação até sua eliminação ou guarda permanente.

É também nesse momento que se assiste à institucionalização da arquivologia por meio das universidades, criação de periódicos e associações profissionais. A interdisciplinaridade da arquivística é complementada aqui pelas tecnologias de informação e comunicação, devido às novas formas de criar e administrar documentos.

Muito embora os dias atuais envolvessem uma arquivística integrada à sociedade da informação como afirma Vivas Moreno (2004), Camargo, apud Santos, considera que:

Apesar da configuração teórica e da formalização dos métodos que hoje ostenta, na qualidade de disciplina científica, a arquivística continua *sendo vista como uma prática calcada na acumulação de experiências*, onde cabe até mesmo o exercício do velho bom senso, ou, se preferirmos, do chamado conhecimento tácito (CAMARGO apud SANTOS, 2010, p. 10-11).

Nesse sentido, a busca de reconhecimento para a própria área depende de um objeto seu, ou um aspecto desse objeto que lhe seja particular. E é o arquivo, em suas diferentes modulações e compreensões que acaba por conduzir a construção e o delineamento desse campo de pesquisa e atuação profissional.

## 2.2 O objeto da arquivística

Existe uma grande polissemia no termo *arquivo*, como pode ser observado no seguinte trecho:

O arquivo do Arquivo Distrital de Viseu não se encontra no arquivo, junto dos arquivos depositados no arquivo daquele Arquivo (MOUTA, 1989, p. 12 apud MELO IN: SOUZA e SANTOS, 2011, p. 7).

Da citação anterior podemos compreender pelo menos quatro sentidos para a palavra arquivo:

O arquivo (complexo de documentos resultante da atividade de um organismo) do Arquivo Distrital de Viseu (serviço público detentor de vários arquivos, ‘repository’) não se encontra no arquivo (edifício, parte do edifício), junto dos arquivos (vários complexos de documentos resultantes das atividades de diversos organismos, fundos do arquivo, fundos) depositado no arquivo (depósito) daquele Arquivo (MOUTA, 1989, p. 12 apud MELO IN: SOUZA e SANTOS, 2011, p. 7).

O conceito de fundo de arquivo é resultado do princípio mais primordial da arquivística, que é o princípio da proveniência. Este princípio proclama que nunca se devem misturar documentos de diferentes produtores em um mesmo sistema lógico de organização, seja ela física ou intelectual. De acordo com Duchein apud Souza (2007), a autoria do princípio de respeito aos fundos é atribuída ao historiador francês Natalis de Wailly, chefe da Seção administrativa dos Arquivos Departamentais do ministério do interior, tendo sido ele o inspirador de uma circular assinada pelo ministro Ducharel e publicada em 1841. A noção de fundo de arquivo resguarda a ideia que a diferença de um documento de arquivo para qualquer outro tipo de documento, ou seja, aquilo que o individualiza e o faz requerer uma forma de tratamento distinta, é que eles são produtos de atividades de seus produtores. É a relação orgânica com seu produtor que deve ser mantida tanto na organização lógica e física quanto na representação dessa informação em instrumentos de pesquisa para os usuários de arquivos.

Para que se possa melhor compreender a noção de arquivos como conjuntos orgânicos pode-se contrapor os mesmos a outro tipo de conjuntos documentais, como uma coleção. Existem três características capazes de definir os documentos de arquivo, de acordo com Rodrigues (2004), resultado dos princípios arquivísticos: *a*) a singularidade do produtor do arquivo – os documentos de arquivo têm relação direta com seu produtor, e é assim que eles se definem; *b*) a filiação dos documentos às ações que promovem a missão definida; e *c*) a dependência dos documentos dos seus pares.

Para exemplificar esse conjunto de características definidoras dos documentos de arquivo, consideremos quais seriam os documentos arquivísticos de uma empresa de consultoria contábil: são aqueles produzidos e recebidos por ela (característica “a”) no decurso de suas atividades de acordo com sua missão (característica “b”), e que só podem ser

compreendidos em conjunto, ou seja, não há documento de arquivo como peça isolada (característica “c”). Comparando a uma coleção de livros, pode-se entender a distinção de tratamento defendido pela arquivologia: uma classificação de assuntos, por exemplo, utilizada para classificação de livros pouco ou nada nos dirá sem examinarmos todo o conteúdo informacional de cada documento, sobre seu produtor. A pessoa, família ou instituição que produziu esse documento se dilui. Há ainda considerações legais – documentos de arquivo não apresentam somente valor de pesquisa, mas também de informação e prova.

Os valores dos documentos de arquivo são a base para outra teoria fundamental para a arquivística contemporânea: a teoria das três idades. Os documentos de arquivo apresentariam os valores primário (valor administrativo, jurídico, legal, etc.) sendo de valor especialmente para o fim específico para o qual foram criados – para seus produtores especialmente. O valor primário permanece durante a vigência do documento. No momento em que o documento já não for mais vigente, mantêm-se os documentos junto aos seus produtores por um prazo precaucional. Ao fim desse prazo precaucional, avalia-se a existência do valor secundário dos documentos de arquivo, ou seja, se o documento apresenta valor histórico informativo ou probatório. Existem técnicas para definir esses valores. No caso de verificação da ausência do valor secundário, os documentos podem ser eliminados. Assim, os documentos com valor primário podem estar nas fases corrente (enquanto vigente) e intermediária (durante o prazo precaucional). A fase permanente é aquela em que os documentos são considerados imprescritíveis, com valor secundário, vindo a servir a diversos fins além daqueles para os quais os documentos foram criados, a outros diversos tipos de usuários além de seus produtores. Corrente, intermediária e permanente: teoria das três idades (SCHELLEMBERG, 2004, p. 179-200).

Recapitulando a cisão entre os *archivists* (que tratam de documentos históricos – permanentes) e os *records managers* nos Estados Unidos (que tratam de documentos nas fases corrente e intermediária), a arquivística contemporânea, e especialmente, a praticada no Brasil, segue a tendência da arquivística integrada, que considera não somente o depósito de documentos históricos somente, nem a gestão de produção e acumulação de unidades produtoras, mas todo o ciclo documental. A arquivologia que se desenvolveu no país desde os anos 1970 já incorporou essa integração no *metiér* dos profissionais que trabalham com arquivos, ao ponto de a legislação brasileira que define a política nacional de arquivos públicos e privados (Lei 8.159 de janeiro de 1991) trazer essas definições de idades documentais.

### 2.3 A relação da arquivologia com a história

Como já mencionado, é no século XIX que os arquivos passam a ser valorizados como laboratórios para a história. É com os historicistas e positivistas que se desenrola a construção da história como ciência. Os fatos históricos eram compreendidos como objetivos, e o historiador como um ator neutro. A forma de fazer a história era a narrativa, os personagens eram os grandes estadistas, e as fontes, os documentos oficiais. Retrospectivamente, nada menos que os documentos de arquivo dos Estados.

Leal (2012), em retrospectiva pela relação entre história e arquivística, afirma que com o desenvolvimento da escola dos Annalles, na terceira década do século XX, se denuncia a chamada “sacralização dos arquivos”: o uso de fontes oficiais e de cunho muito mais político e administrativo para a reconstrução dos relatos em detrimento de outras fontes históricas. Por sua vez, a escola marxista teria arrefecido a presença de historiadores nos arquivos, por sua valorização do conhecimento teórico sobre o empírico, bem como pela preocupação de distinguir-se da escola metódica positivista, calcada no uso de fontes oficiais. Com o advento da nova história francesa e americana, bem como da micro história, os historiadores teriam se voltado novamente ao trabalho de recolhimento de fontes históricas, mas essa tradição aqui no Brasil viria de um costume oitocentista, de relegar aos historiadores a função de buscar e preservar fontes históricas, especialmente pela lacuna da ação do Estado em fazer esses recolhimentos.

Desde então, diversas questões se colocaram aos historiadores em seu fazer. Le Goff (2003, p. 10-12) apresenta algumas das grandes mudanças no desenrolar de uma nova versão da história, não mais narrativa, mas uma história-problema, passando por diversas escolas e movimentos. Entre esses fatores, cita-se a emergência de novos personagens, o questionamento da objetividade do historiador, a crítica ao fato histórico (agora reconhecido como construído), a percepção de múltiplas linearidades temporais possíveis e a própria assunção do caráter também construído do documento.

Para Le Goff (2004), até certo ponto, a intencionalidade era vista nos monumentos. A representação de ideias propositalmente inculcadas para a rememoração de uma imagem do passado. O documento, por sua vez apresentava o caráter de objetividade, de necessária transmissão do fato. A mudança se dá quando o historiador percebe que o documento é também monumento. Há também alguma intencionalidade na produção e na preservação de determinados conjuntos documentais.

Para o autor, a história nada mais seria que a memória coletiva em sua forma científica, que se utiliza dos documentos e monumentos para visualizar o que ocorreu no passado.

Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, nos quais submetendo-se a à crítica a história se baseava. Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, coloca-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos, os vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens. Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de por à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder (LE GOFF, 2003, p. 525).

Claramente apresentam-se duas formas distintas de considerar o tratamento dos documentos. Como conjuntos orgânicos residuais das atividades de uma pessoa, instituição ou família, e como fontes reunidas dentro de um interesse de pesquisa e conhecimento. Ainda de acordo com Leal (2012), a multiplicidade de fontes a que a história é hoje capaz de debruçar-se não teria sido acompanhada pelo desenvolvimento da teoria arquivística, baseada em procedimentos administrativos. Haveria um descompasso entre o desenvolvimento da responsabilidade dos arquivos públicos e da disciplina histórica. Entende-se que o que ocorre entre historiadores e arquivistas neste sentido é que o conceito de arquivo para arquivística é bastante específico. A construção do corpus documental para um determinado interesse de pesquisa é considerada uma coleção – não um conjunto orgânico de documentos de um mesmo produtor.

Considerando, como diz Nora, que a memória é a reminiscência, aquilo que não se pode lembrar e por isso assume uma dimensão física nos registros, não se pode desconsiderar os arquivos como lugares de memória. Os arquivos e seu tratamento pela arquivística, ainda que considerando seus valores primário e secundário, são também construídos, tendenciados. E são lugares, em um sentido mais amplo que a ideia de locais ou espaços, de memória. Os arquivos também são fruto de uma construção social, ainda que a arquivística pouco discuta sua não neutralidade nessa seleção. Para isso é necessário uma especial atenção ao conceito de memória.

### 2.3.1 Abordagens dos estudos sobre a memória

Le Goff (2003, p. 419), embora dedique seu ensaio à memória conforme ela surge nas ciências humanas especialmente na história e na antropologia, demonstra que a memória é abordada nos mais diversos campos científicos (psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia, biologia e psiquiatria) do ponto de vista de ser tomada como propriedade de conservar informações pelos seres humanos. Mas além de ser um fenômeno individual e psicológico, a memória também “liga-se à vida social”.

Embora de difícil delimitação conceitual, pode-se definir que:

[...] os estudos de memória tem por objeto a análise de diferentes formas pelas quais somos moldados pelo passado, consciente ou inconscientemente, na esfera pública ou na esfera privada, de forma material ou comunicativa e de modo consensual ou conflitual (OLICK E ROBINS APUD PERALTA, 2007).

Peralta (2007) em revisão teórica a respeito dos estudos de memória divide-os em quatro linhas: a perspectiva decorrente de Halbwachs, com forte orientação durkheimiana; a abordagem das políticas de memória, centrada no caráter instrumental da memória coletiva e seu uso por parte dos poderes constituídos; a abordagem que enfatiza a relação entre memória oficial e memória popular; e uma última perspectiva defensora da ideia de que a memória não pode ser conceituada a partir de um ponto de vista instrumental, mas vista como um sistema de significados que se produz ao longo do tempo.

Halbwachs foi o introdutor da ideia de memória como fenômeno coletivo, uma vez que a memória como fenômeno individual já havia sido objeto de atenção da filosofia (Bergson) e da psicologia (Freud). Com influência durkheimiana, Halbwachs introduz o léxico nas ciências sociais, considerando que função primordial da memória é promover laços de filiação entre os membros do grupo com base em seu passado coletivo, conferindo a ilusão de imutabilidade ao mesmo tempo em que cristaliza valores e aceções predominantes do grupo social referido (PERALTA, 2007).

Os conceitos de Durkheim de solidariedade mecânica e consenso moral são fundamentais para a compreensão da abordagem de Halbwachs. A memória coletiva é vista como ponto de apoio da identidade do grupo, assegurando sua continuidade no tempo e no espaço. A identidade coletiva precede a memória coletiva. Existe sujeição da memória individual aos padrões coletivos, visto que o que é recordado é sempre condicionado pelo fato da pertença ao grupo. Desta maneira, fica negligenciado o caráter conflituoso e de constante

negociação entre memória e identidade, bem como as tensões dialéticas da memória individual e da construção social do passado (PERALTA, 2007, p. 7). Afirma Pollak:

Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". Na tradição européia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva (POLLAK, 1989, p. 3).

Justamente pelo peso funcionalista da teoria da memória coletiva de Halbwachs, e suas premissas de condicionamento do indivíduo, autores que se contrapõem a tal proposta preferiram o termo memória social. Entre eles podemos citar Hobsbawm e Ranger.

Ainda que essas críticas a Halbwachs possam ser consideradas válidas, é necessário reconhecer e reter pontos ainda atuais em sua teoria, como as ideias de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo, e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais. Essas ideias, aliás, ainda são o ponto de partida de todos os estudos sobre memória.

Seguindo a esquematização de Peralta (2007), passa-se a explicitar outra forma de abordagem dos estudos de memória, que podem ser identificados como aqueles que ressaltam as políticas de memória, ou seja, o uso por parte dos Estados da formalização de memórias públicas como artifício para a o fortalecimento da coesão cultural e da ideia de nação. É constante nessa linha a preocupação de explicar como os estados nacionais se utilizaram da imposição de memórias oficiais para legitimar certa ordem social. A esta abordagem pode-se relacionar o estudo de Hobsbawm e Ranger (1984) "*A invenção das tradições*".

Embora se reconheça o esforço de demonstrar a instrumentalidade da memória como defensora de uma ordem social específica, superar a ideia naturalizante e essencialista da tradição e da identidade, a ênfase na invenção desvaloriza a dimensão experimental em prol da dimensão política. Isso pode reduzir o conceito de memória social à "falsa consciência" (PERALTA, 2007, p. 9). Além disso, a forte dicotomia entre verdadeiro e falso, tradição e costume não permitem abordar a permanência das memórias não oficiais como constituintes ou paralelas à versão oficial (PERALTA, 2007, p. 9).

A abordagem da memória popular faltante à visão de invenção das memórias como instrumento de legitimação do Estado é a que surge principalmente no que Mayer (2009)

identifica como um movimento resultante da reflexão sobre a necessidade de reconstrução do discurso histórico, face a novas maneiras de encarar o mundo e de novos desafios e objetos. Isto se daria especialmente a partir dos anos 1970, quando os questionamentos a respeito da norma e da objetividade são fixados como constituinte do saber do historiador. A preocupação é a de conseguir “resgatar verdades múltiplas, parciais e manipuladas, mas, apesar de tudo, genuínas” (MAYER, 2009, p. 43). É também neste sentido que Pollak (1989) identificava um movimento novo de considerações sobre a memória:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 4).

Neste novo movimento de compreensão de memória existe a possibilidade de desenvolvimento dos estudos de história oral, histórias de vida. Pollak (1989) refere-se ao enquadramento da memória, em lugar de memória social ou coletiva. Com isso ele deseja destacar a formatação do passado nos combates do presente e futuro. Como os contradiscursos poderiam agora ter suas próprias versões da história, podem também criar objetos materiais e lugares de memória: monumentos, bibliotecas, museus. Podem contar com profissionais (ou qualquer membro que tome publicamente a palavra) para manter a imagem da associação ou grupo. Por isso a história oral se constituiria em um instrumento adequado para, através das histórias individuais, fazer aparecerem os limites desse enquadramento em questão.

Com esta linha de estudos foi possível confrontar versões do passado entre ideologia dominante e segmentos sociais não hegemônicos, sem descartar a premissa de que a memória pode ser instrumental e voltada para objetivos do presente. Há ainda a constatação de que não há uma verdade única, o que abre caminhos para compreender situações em que os indivíduos identificam a pertença a uma multiplicidade de grupos (PERALTA, 2007, p. 15).

Acompanhando o enfoque das ciências sociais de uma concepção funcionalista de cultura (como conjunto de normas, valores e atitudes) para uma concepção mais simbólica, constitutiva de todos os processos sociais, a memória pode ser vista como parte integrante dos



mecanismos de atribuição de significados próprios de uma cultura (PERALTA, 2007, p. 15). Peralta refere-se a definição de Geertz, segundo a qual cultura é uma organização de padrões simbólicos através dos quais a experiência individual adquire significado coletivo. Desta forma a memória pode ser tomada como sistema cultural articulado de atribuição de significados, que varia ao longo do tempo. O passado evocado pelo presente pode não ser o mesmo dos eventos do pretérito. Este é articulado pela memória.

Tal perspectiva permite compreender que embora a imagem do passado seja baseada sempre em quadros de significação (aqui Peralta relembra o conceito de “frame”<sup>5</sup> de Goffman) e a contextos culturais específicos, não deixa de se moldar pelas expectativas pessoais de cada indivíduo. A autora afirma que na medida em que o significado atribuído ao passado não é fixo nem monolítico, a memória só pode ser analisada coerentemente mediante a adoção de um modelo que revele a natureza dinâmica e intersubjetiva da memória social. Tal modelo pressupõe que qualquer representação do passado encerra sempre relações de poder, e que a seletividade da memória é inevitável e inerente ao fato de que interpretamos o mundo (PERALTA, 2007, p. 20).

O risco da falta de uma reflexão maior com respeito às possibilidades de memória social por parte dos arquivistas é o de continuarem repercutindo em suas atividades a imagem de uma memória coletiva nos moldes da afirmação de uma cultura nacional estática, disseminadores das versões oficiais da história. Claro está que arquivos e instituições de memória podem (e têm sido) constituídos também como representantes da versão de grupos marginalizados, como acervos especializados na memória de mulheres, da cultura negra, judia, etc. Mas a invocação da defesa da memória e da importância dos arquivos como lugares de memória pode acabar apresentando-se como mais um instrumento para a valorização da competência técnica da arquivística, preservar e dar acesso, e não com compromissos a respeito das diversas possibilidades de abordagem da memória.

Quanto ao tema, Jardim (1995, p. 8) já chamava a atenção para o fato da memória ser tratada nos arquivos como “dado arqueologizado” e “raramente como processo e construção sociais”, ou seja, como se realmente esse dado da memória tivesse sido resgatado, e não

---

<sup>5</sup> O “frame”, algo como “enquadramento” é uma perspectiva para análise da experiência na conceituação de Goffman. A partir da experiência individual, isto é, um ponto de vista particular, e “enfocando em pequenas situações cotidianas que organizam a existência dos sujeitos no mundo”, essa noção de enquadramento seria aquilo que permite responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?”, permitindo perceber também as laminações dessa significação além de um esquema primário, que pode ser tonalizado pelo indivíduo ou maquinado pelo interlocutor. (GOFFMAN, 2006, p. 1-21).

selecionado e construído<sup>6</sup>. Tomar a memória como dado arqueologizado negligencia o caráter conflituoso de negociação entre memória e identidade, como a abordagem de Halbwachs. Ao mesmo tempo, tomá-la como construção não significa que ela seja somente uma “falsa ideologia”, que somente garante interesses de poderosos. Mas necessita-se passar de uma concepção menos funcionalista de memória para uma mais simbólica, procurando admitir o caráter de construção e procurando abrir a participação de diversos grupos na construção dos arquivos.

#### **2.4 A biblioteconomia, a ciência da informação e a arquivologia na tabela de áreas de conhecimento da CAPES**

Como visto, a relação da arquivística com a história se dá pelos documentos, não somente pelo caráter de fontes de memória. No caso da relação entre a arquivística, a biblioteconomia e a ciência da informação os pontos de intersecção se dão pelo caráter dos documentos como transmissores de informação.

A biblioteconomia também enfrenta algum estigma semelhante à arquivologia, embora o senso comum permita uma melhor compreensão da primeira. Um bibliotecário trabalha em bibliotecas, conserva, cataloga, referencia e divulga um acervo bibliográfico, ainda que biblioteconomia apresente um novo paradigma que parte da ideia de disponibilização e acesso a recursos informacionais em diversos sistemas de informação, em diversos suportes, tendo incluindo também a gestão do conhecimento como parte de seu fazer profissional.

Os profissionais bibliotecários possuem conselho federal que garante que só podem trabalhar nessa área profissionais graduados em biblioteconomia desde 1962. Existem hoje, segundo dados do Conselho Federal de Biblioteconomia<sup>7</sup>, trinta e nove cursos de biblioteconomia no país.

A concorrência entre arquivistas e bibliotecários existe especialmente nos grandes centros, especialmente no mercado empresarial, uma vez que os concursos públicos precisam seguir as normativas profissionais. Equipados com métodos para trabalhar a informação, acabam também tratando documentos de arquivo.

---

<sup>6</sup> O autor refere-se aos arquivos públicos, mas a reflexão pode ser estendida a qualquer arquivo.

<sup>7</sup> <http://www.crb6.org.br/carreira.php>.

A ciência da informação é um campo interdisciplinar principalmente preocupado com a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. Ou seja, esta ciência estuda a informação desde a sua gênese até o processo de transformação de dados em conhecimento. Estuda ainda a aplicação da informação em organizações, seu uso, bem como as interações entre pessoas, organização e sistemas de informação. Logística da informação, planejamento de informação, modelagem de dados e análise, são as principais áreas de estudo dessa área. Por isso, o novo paradigma da biblioteconomia se coaduna teoricamente com a ciência da informação. Claro está que esta é uma simplificação da relação entre as duas áreas, com diversas correntes e relacionamentos dependendo da linha teórica ou do paradigma seguido. Podem ser tomadas como especificidades distintas dependendo da tradição seguida. O que se deseja aqui é demonstrar, no entanto, a relação menos desembaraçada entre biblioteconomia e ciência da informação do que entre arquivologia e ciência da informação.

Embora existam no país dois cursos de graduação em ciência da informação, ela é mais conhecida como sub-área de concentração de disciplinas associadas ao estudo da informação. A seguir, apresenta-se trecho da Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Ciências Sociais Aplicadas I, subordinada à subárea de Ciência da Informação, conforme Quadro 2.

GRANDE ÁREA	SUB-ÀREA	ÁREA	ESPECIALIDADE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Ciência da Informação	Teoria da informação	<i>Teoria Geral da Informação</i>
			<i>Processos da Comunicação</i>
			<i>Representação da Informação</i>
		Biblioteconomia	<i>Teoria da Classificação</i>
			<i>Métodos Quantitativos. Bibliometria</i>
			<i>Técnicas de Recuperação de Informação</i>
			<i>Processos de Disseminação da Informação</i>
		Arquivologia	<i>Organização de Arquivos</i>

Quadro 2 – Área de Ciências Sociais Aplicadas – Ênfase na Área de Avaliação Ciências Sociais Aplicadas I

Fonte: CAPES, 2014.

A abrangência da ciência da informação sob a arquivologia é justificada pelo mesmo objeto de estudo, que desse ponto de vista seria a informação. A informação registrada em um suporte e o tratamento que consiga fazê-la chegar aos que dela necessita. Mesmo dentro da arquivologia existem cursos que seguem essa linha de identidade, mas ela não é unânime. Para diversos autores, a arquivística tem um objeto mais específico: o documento de arquivo, independentemente da informação que carrega, uma vez que existem outras características que devem ser mantidas para que ele permaneça válido e vigente além do conteúdo registrado no mesmo. Seriam características como autenticidade e fidedignidade.

A necessidade de manutenção dessas características deveria então, sob o ponto de vista do documento de arquivo, e não somente da informação, como objeto da arquivística, ser primordial para o tratamento. A constância entre a informação e seu suporte deve ser mantida, não importa o tipo de suporte. Essa corrente que defende o documento de arquivo como objeto da arquivística se fortaleceu especialmente após o advento dos documentos eletrônicos.

Embora paradoxal, foi justamente o esforço teórico em demonstrar que a arquivística não seria uma disciplina que estaria ultrapassada pelos novos suportes informáticos. Enquanto

os documentos se tratavam somente de representantes digitais, ou seja, documentos digitalizados, a questão da autenticidade permanecia atrelada ao seu original, o documento físico. Entretanto, quando os documentos começaram a nascer de forma digital, foi preciso desenvolver requisitos para comprovar que sua autenticidade existe e que sua fidedignidade foi mantida ao longo de seu trâmite dentro de um sistema que preveja e controle o movimento e as alterações feitas nesses registros. Mas a base de tratamento permanece sendo a informação registrada em um suporte, não uma informação volátil e capaz de alteração. Por isso, a arquivística também tem arcabouço teórico para o tratamento de documentos digitais, o que criou uma demanda por independência da área de ciência da informação.

Nesse novo desafio de tratar documentos digitais, o apoio dos profissionais de tecnologia da informação é fundamental, especialmente com desenvolvedores de sistemas. Já se registra aqui um novo ponto de intersecção com a arquivística – o desenvolvimento de sistemas de informação.

Uma nova versão para a Tabela de áreas do conhecimento da CAPES foi sugerida em 2005, na qual a arquivologia aparece como área independente dentro das Ciências Sociais Aplicadas I. Desconhece-se o andamento dessa discussão, mas é interessante notar que esta demanda por independência já foi de alguma forma registrada nas instâncias de classificação do conhecimento.

Essa demanda é especialmente importante porque a classificação na área de conhecimento impacta em diversos aspectos nos financiamentos de pesquisas e impacto de publicações dos pesquisadores. Hoje, um pesquisador da sub-área de arquivologia que pesquise temas relacionados com a memória e publique em uma revista de ciências humanas com Qualis A1 não necessariamente terá essa qualificação na área de Ciências Sociais Aplicadas I, ainda que o periódico trabalhe exatamente com o tema proposto.

Assim, compreende-se que os arquivos podem ser tratados sob diversos olhares e profissionais: historiadores, bibliotecários, cientistas da informação, desenvolvedores de sistemas de informação. Gera-se uma área de disputa, que identifica-se aqui como campo documental.

## 2.5 Campo informativo documental contemporâneo

Rendón Rojas (2013) afirma que a linguagem e a escrita teriam sido dois componentes que teriam condicionado a existência, em todas as épocas da humanidade<sup>8</sup>, de um mundo informativo documental:

la esfera –como fenómeno estático-, la actividad o flujo–como fenómeno dinámico-, en donde se conservan documentos en lugares especializados (bibliotecas, archivos, museos), bajo resguardo y tratamiento de personas dedicadas a ello (bibliotecarios, archiveros, museólogos), con la finalidad de poder recuperar el contenido, la evidencia, la información que dichos documentos contienen. Así pues, en ese campo informativo documental tienen lugar fenómenos bibliotecarios, archivísticos o museológicos; y de acuerdo al conocido principio filosófico, lo que se predica del todo, se predica de las partes; entonces; lo que se afirma en este texto sobre el campo informativo documental, se afirma a esas tres esferas informativo documentales, incluyendo a la archivística por supuesto (RENDÓN ROJAS, 2013, p. 2).

A análise de Rendón Rojas inclui os museólogos, bibliotecários e arquivistas, visualizando uma linearidade das práticas desse contexto. Propõe-se que apropriação do conceito do autor, acrescentando um adjetivo que demonstra a atualidade e a conformação de todas as características que foram apontadas em relação às diversas áreas que embasam profissionais que atuam no mesmo: *campo informativo documental contemporâneo*.

Este campo definiria o espaço em que atuam profissionais com diversas áreas de conhecimento, que procuram sob diversos propósitos e influências tratar a informação e os documentos, com fins de administração, acesso, construção de memória e identidades no mundo do contemporâneo. Incluiriam-se nesse espaço arquivistas, bibliotecários, cientistas da informação e profissionais de tecnologia da informação. A museologia poderia ser incluída mas de uma forma mais paralela.

---

<sup>8</sup> Embora se possa questionar a naturalização da escrita como parte essencial da vida humana, visto que há sociedades que passam muito bem sendo ágrafas, considerou-se pertinente a colocação do autor em relação à sociedade ocidentalizada.

## 2.6 A profissão de arquivista no Brasil

O estabelecimento da ocupação/profissão de arquivista pode ser remetido no Brasil ao Arquivo Nacional (AN). O AN, cuja criação como Arquivo Público do Império coincide com a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Belas Artes em 1838, soma-se a estas últimas instituições com o intuito de estabelecimento de uma identidade ao Estado Imperial. Com as mudanças no regime, o órgão permaneceu atrelado às questões burocráticas na República (Arquivo Público Nacional), tomando a atual denominação em 1911.

Em pesquisa realizada por Marques e Rodrigues (2008, p. 105), reconhece-se que desde 1911 já há registros de preocupação do Arquivo Nacional com a especialização de seus funcionários, especialmente no que se referia à capacitação como amanuense<sup>9</sup>, cargo então regulamentado. Em 1923 é criado um curso em conjunto com o Museu Histórico Nacional e a Biblioteca Nacional, em que se lecionavam matérias que capacitassem os funcionários a trabalhar em bibliotecas, museus e arquivos. Entretanto, a capacitação desses profissionais só se evidencia como prioridade a partir de visita do professor francês Henri Boullier de Branche, que por meio de relatório a respeito da situação do Arquivo Nacional brasileiro aponta, entre outras questões, a lacuna na formação do pessoal que ali trabalhava. Cria-se então o Curso Permanente de Arquivos no AN, com pretensa titulação equivalente ao nível universitário.

Nos anos de 1970, com os militares no poder e um estado centralizador, Marques e Rodrigues entendem que havia um interesse pelos arquivos devido à políticas de planejamento (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p. 109). Ao mesmo tempo, já se articulava um grupo de profissionais preocupados com a formalização da profissão, que fundam a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971. Aproveitando o interesse nessa área:

Ratificando o interesse nacional pelos arquivos, em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a AAB encaminha, ao CFE, um projeto de currículo (BOTTINO apud MARQUES E RODRIGUES, 2008, p. 109).

---

<sup>9</sup> Copista, escriturário.

Embora o CPA pretendesse o caráter de formação superior, só consegue tal status a partir de 1974, quando firma convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Leve-se em conta que diversas tentativas foram feitas por representantes da AAB no sentido da criação de um curso superior na área, com negativas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Marques e Rodrigues lembram o contexto mundial a respeito da necessidade de formação desses profissionais:

Essas preocupações quanto à formação de arquivistas no Brasil iam ao encontro das reflexões mundiais da época. Internacionalmente, também havia uma inquietação em relação à formação de profissionais especializados nos serviços de arquivo. Dentre as várias sugestões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) quanto ao Projeto de Programa e de Orçamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aquela relacionada à formação de auxiliares de arquivo preconizava que “Programas-padrões de cursos de formação intensiva de auxiliares de arquivos deveriam ser elaborados com urgência, a fim de facilitar a organização dos mesmos nos Estados-membros”. É importante lembrar ainda que, em outubro de 1979, acontece a “I Semana Internacional de Arquivo”, promovida pela UNESCO e pelo CIA, em parceria com o AN e a AAB – Núcleo Brasília (MARQUES; RODRIGUES, 2008, p. 110).

A profissão foi reconhecida em 1978, através da Lei 6.546, que regulamenta além da profissão de arquivista e a de técnico de arquivo. O processo de regulamentação é explicado por Astrea de Moraes Castro, presidente da AAB núcleo Brasília na época:

Os textos da Lei 6.546, e sua regulamentação, pelo Decreto nº 82.590, de novembro de 1978, foram redigidos pelos colegas no Rio (núcleo AAB). Fiz contato, em Brasília, com Amália Lucy, filha do Presidente Ernesto Geisel. Ficou sensibilizada com o nosso pedido e promoveu junto ao Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, a assinatura do Presidente, em cerimônia especial no Palácio do Planalto (CASTRO, 2008, p. 285).

Abaixo, transcrição de trecho da lei referida:

Art. 1º - O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, só será permitido:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II - aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. nas disciplinas específicas.



Art. 2º - São atribuições dos Arquivistas:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Art. 3º - São atribuições dos Técnicos de Arquivo:

- I - recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;
- II - classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos;
- III - preparação de documentos de arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme;
- IV - preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

Art. 4º - O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho. (Vide Decreto nº 93.480, de 1986)

Art. 5º - Não será permitido o exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo aos concluintes de cursos resumidos, simplificados ou intensivos, de férias, por correspondência ou avulsos. (BRASIL,)

No Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO – Ministério do Trabalho e Emprego) a busca pela palavra arquivista traz os seguintes termos: arquivista de documentos (ocupação - auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa); arquivistas (ocupação da família museólogos e arquivistas) e arquivista pesquisador (ocupação – profissional do jornalismo).

As descrições das ocupações são descritas a seguir, exceto a caracterização de arquivista pesquisador – uma vez que as atividades dizem respeito à pesquisa e redação de matérias, claramente inserida na área de comunicação social.

A classe 4151 do CBO (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2013), que trata da descrição das ocupações de auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa apresenta a seguinte delimitação:

Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel (CBO, 2013).

Tal relação de funções admite as atuações de “arquivista de documentos – arquivador”, “codificador de dados”, “fitotecário”<sup>10</sup>, “kardexista”<sup>11</sup>, “ficharista”, “operador de máquina copiadora” (exceto operador de gráfica rápida), “copiador de documentos” e “operador de máquina reprográfica”.

Já a descrição de arquivista, da família de museólogos e arquivistas (classe 2613), apresenta a seguinte descrição sumária: “Administrador de arquivos, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, Especialista em documentação arquivística, Especialista em organização de arquivos, Gestor de documentos”.

Logo, pode-se concluir que o texto da Lei 6546/78 traz em si um pouco de cada descrição das atividades de arquivista e arquivista de documentos como colocados na CBO, mas as distingue nas profissões de arquivista e técnico de arquivo. A partir da Lei se fundamenta a distinção do termo “arquivista” como aquele portador de diploma de curso superior em arquivologia – uma profissão, e o “técnico de arquivo” como uma ocupação.

Como não há um conselho profissional, são as associações estaduais que costumam atuar como fiscalizadoras, utilizando especialmente a Lei 6546/78 como base legal para defender as atribuições de arquivistas no país.

Assim, identificam-se alguns agentes envolvidos no processo de formação e reconhecimento legal da profissão: associação profissional o AN, a mudança de regime e tentativa de equiparação formativa semelhante aos demais países membros da UNESCO. Os profissionais que trabalhavam em arquivos que formaram a associação de arquivistas obtiveram algum êxito em relação às instâncias administrativas e burocráticas, facilitadas pela situação política da época, bem como por certo clientelismo.

O panorama de formação e atuação profissional no país cresceu muito desde então. Hoje conta-se com dezesseis cursos de arquivologia, em nível de graduação. Mas em relação ao reconhecimento da profissão, no sentido comumente identificado na sociedade brasileira, de necessidade de formação para atuar e status social pela carreira não se desenvolveu a

<sup>10</sup> Quem documenta e armazena dados constantes em fitas, discos magnéticos e listagens.

<sup>11</sup> Operador de kardex - fichário em papel para periódicos com a finalidade registrar a situação de periódicos e, bibliotecas. Em grande medida já suplantado por softwares especializados.

conteúdo. Isso pode ser verificado tanto pelo discurso dos profissionais em entrevistas realizadas, quanto em postagens sobre a profissão em redes sociais.

Embora previsto na lei, a categoria de técnico de arquivo até hoje não apresenta nenhum curso de nível técnico. Na prática vem sendo admitido o registro de estudantes de arquivologia a partir da comprovação de cumprimento de 1.110 horas aulas como técnicos em arquivo (conforme Parágrafo V, Art. 1º Lei 6546/78).

A seguir, demonstra-se a busca pela construção do referencial de análise da pesquisa.

### **3 EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE**

Neste capítulo procura-se apresentar o embasamento teórico sociológico acerca da profissão de arquivologia, a partir da abordagem da sociologia das profissões.

As profissões enquanto fenômeno social tiveram suficiente espaço na sociologia, seja em estudos teóricos ou empíricos, constituindo uma linha conhecida como sociologia das profissões. Parte-se do princípio que a profissão pode ser compreendida como uma forma de criação e conformação de grupos sociais, ainda que venha a ser compreendida de forma distinta por diferentes abordagens sociológicas.

Pela estreita relação entre a categoria profissão e a categoria trabalho, podemos encontrar referências nos próprios fundadores da disciplina sociológica.

#### **3.1 As categorias de trabalho e profissão**

Embora o trabalho enquanto categoria tenha se consolidado como objeto tradicional da sociologia, desde seus autores clássicos até a contemporaneidade (SANDALOWSKI, 2012), o trabalho se refere, de maneira genérica, ao exercício de atividades humanas, com envolvimento físico em algum aspecto, para consecução de um determinado fim. Nos clássicos da sociologia podemos encontrar diferentes maneiras de abordar a categoria trabalho, seja na centralidade dada a ela por Marx (para explicar a relação entre homem, natureza e história), seja no impacto que a divisão do trabalho pelos diversos grupos dentro de uma sociedade (com a solidariedade que gera e as regras morais delas originárias) como destacou Durkheim, não esquecendo ainda o processo de racionalização do trabalho como característica do capitalismo, como abordado por Weber.

Em Marx (1980) a compreensão é de que as profissões tem estreita relação com o mundo produtivo, estando elas relacionadas com sua posição na estrutura de classes sociais, o que leva a existência de profissionais assalariados (classe trabalhadora), profissionais empresários (proprietários dos meios de produção) e profissionais liberais (responsáveis pela circulação do capital). Assim, a posição social das profissões é definida por aspectos puramente econômicos, não considerando outros aspectos da vida social. A profissão é

somente um elemento dentro da classe social, que por sua vez seria o fator explicativo da divisão social do trabalho.

Em Durkheim (1995) a divisão social do trabalho tem um aspecto harmônico, de complementaridade. A divisão do trabalho seria o que criaria o aspecto da coesão social, uma vez que divididas as ocupações elas se tornariam complementares, gerando solidariedade. Ele via nas profissões uma possibilidade de construção de sentidos coletivos, através de suas associações. Assim, a gênese e o desenvolvimento dos grupos profissionais seriam de especial interesse, devido à necessidade de moralização desses sentidos coletivos.

Para Weber, é necessário compreender as categorias de legitimação, hierarquia social e status para compreender as profissões (SANDALOWSKI, 2012). Sua abordagem privilegia o conflito dentro de um jogo de interesses entre indivíduos cuja ação racional está direcionada a fins (WEBER, 1984). O poder soma-se como categoria capaz de explicar a disputa pela constituição de um mercado fechado, um monopólio, que é justamente o que define um espaço profissional – um espaço para desempenho do trabalho disputado por grupos sociais.

Em alguma medida, todos esses aspectos presentes nos clássicos emergem no desenvolvimento de estudos sobre profissões desde então. Mas “profissão” é algo que vai além da atividade de trabalho, envolvendo alguma complexidade tanto em sua definição quanto em relação à sua distinção com outras categorias.

As categorias de ocupação e profissão são compreendidas diferentemente de acordo com a tradição teórica a elas associada. Na tradição anglo-saxônica elas têm conteúdo distinto (práticas sociais diferentes), enquanto na tradição francesa, elas se apresentam como sinônimas. Por sua vez, como referido anteriormente, profissão é um termo que pode ser compreendido de forma diversa conforme a tradição metodológica utilizada para fins de análise. O Quadro 3 resume os conceitos.

Conceitos	Abordagem anglo-saxônica	Abordagem francesa
PROFISSÃO	Designa as profissões “sábias” que requerem formação universitária e estão relacionadas diretamente à existência de corporações, ou seja, há a presença de um estatuto e das associações profissionais.	A categoria profissão possui dois sentidos, designando tanto: “... a totalidade de empregos (em inglês: Occupations), reconhecidos na linguagem administrativa, principalmente nas classificações de recenseamentos do Estado; As ‘profissões’ liberais e científicas (em inglês: Professions), ou seja, as learned professions, a exemplo dos médicos e dos juristas, notadamente” (Dubar, 163).
OCUPAÇÃO	Conjunto de empregos de modo geral, que não requerem uma formação formal. Caracteriza as atividades cotidianas. Presença somente da organização sindical. Ausência de um código de ética e das associações de classe.	Logo, não há diferença entre o significado dos termos profissão e ocupação; ambos são utilizados como sinônimos.

Quadro 3 – Profissão e ocupação na sociologia das profissões.

Fonte: Sandalowski (2012, p. 12) baseado em Dubar (2005, p. 163).

Para os fins deste trabalho, ocupação é entendida como “lugar do indivíduo na divisão social e técnica do trabalho” (FRANZOI, 2012).

De acordo com Dubar (2005), o termo sociologia das profissões vem da tradução do inglês “sociology of professions”. Em francês, o termo seria mais complicado, pois remeteria tanto à totalidade de “empregos como utilizada na linguagem administrativa (aquela presente nos censamentos estatais) quanto as profissões liberais e científicas, as “learned professions” – que incluiriam médicos e juristas. Para o autor, profissões e ofícios tem no Ocidente uma mesma origem comum: corporações da Idade Média (que controlava quem tinha ou não direito ao corpo, excluindo trabalhadores braçais, jornalheiros, pessoas sem qualificação). Daqui parte o termo profissão (profissão de fé) daqueles que faziam parte das corporações. Com o advento das universidades, artes liberais e artes mecânicas passam a se distanciar, levando a uma separação entre as profissões liberais (“mais ao espírito que às mãos”) e os ofícios (“mãos trabalham mais que a cabeça”).

Unidade ou semelhança entre elas se daria pelo pertencimento a um estado de juramento socialmente legítimo, ritualmente simbolizado, que formava não só um ordenamento jurídico, mas também uma fraternidade espiritual. O ofício era considerado um meio de estabelecer sua posição na vida, um estado semelhante ao estado do clero, da nobreza ou do terceiro estado (DUBAR, 2005, p.). Como distinção importante entre elas existia na

questão da transmissão hereditária dos ofícios e a livre escolha da profissão (mais um indicador da superioridade destas).

### **3.2 Sociologia das profissões: abordagens teóricas**

Ainda que possamos identificar o surgimento e a institucionalização da área de sociologia das profissões como uma estratégia dos próprios sociólogos americanos confrontados com a crise de 1929, e preocupados em alinhar-se com políticas de estado (Governo Hoover) que desejavam representar as classes mais favorecidas, valorizando a categoria “profissional” diante de “operários” e “empresários” (DUBAR, 2005, p. 167-170), entende-se que esta corrente da sociologia não permaneceu assim comprometida. Mais do que isso, ela desenvolveu-se chegando a compreensões distintas a respeito da caracterização das profissões, bem como seu impacto e importância na explicação do funcionamento da sociedade.

Gonçalves (1991) periodiza em fases o desenvolvimento das análises baseadas na concepção de profissão ou grupo profissional. Tal abordagem teria apresentado uma primeira fase, em que se teria estabelecido a noção do campo da própria análise em questão, tendo contribuição tanto funcionalista quanto da corrente interacionista simbólica (1930-1960). Uma segunda fase teria sido caracterizada como tomada pelas críticas às teses funcionalistas e por revisionismos (até fins dos anos 1970). Na terceira fase teria sido sedimentada uma diversidade de quadros teórico-metodológicos, que teriam ampliado as perspectivas do período anterior (foco nas teses de poder, monopólios e a abordagem sistêmica). Uma última fase cobriria a fase contemporânea, em que ganhariam destaque abordagens sistêmicas e comparativas.

#### **3.2.1 Precusores**

Encontramos na primeira fase aqueles teóricos que fundam o campo da sociologia das profissões, a partir dos quais derivarão as principais questões que de forma interdependente irão, nas décadas seguintes, nortear as perspectivas funcionalistas (o que é profissão, que

atributos as distinguem de ocupações comuns, qual a função social das profissões, etc). Trata-se, por exemplo, da obra de Carr-Sanders e Wilson (apud GONÇALVES, 1991), preocupada com a definição de atributos particulares às profissões, responsáveis por seu lugar distinto na sociedade.

O estudo de Carr-Saunders e Wilson (apud RODRIGUES, 1997) analisa sistematicamente a evolução do trabalho e dos diferentes “empregos” em termos de profissionalização. Ainda que muitas vezes considerado de cunho sociográfico, Rodrigues (1997, p. 7) acredita que já consegue lançar as bases da abordagem funcionalista, que se desenvolveria a seguir.

Para Rodrigues (1997)

Carr-Saunders e Wilson, cuja preocupação principal foi identificar os atributos que permitiam distinguir as profissões, tomadas como factos naturais, do conjunto das ocupações, uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais (p. 7-8).

Além disso, tratam da especialização dos serviços e sua relação com a satisfação de uma clientela; da criação de associações profissionais para assegurar o controle (por meio de normas éticas) e o prestígio (pelo status de não ter patrões, mas oferecer o serviço do ofício). Tratam ainda da questão da construção sistemática da técnica intelectual por meio do conhecimento (RODRIGUES, 1997, p. 8).

As profissões começam a ser tomadas como que encarnando um ideal de serviço – acima do empresário que só persegue o lucro (DUBAR, 2005). Rodrigues (1997; p. 8), sobre Carr-Saunders e Wilson, afirma que:

As suas obras fazem uma clara apologia do profissional, considerando que este não só concretiza uma alternativa a empresários motivados exclusivamente por ganhos financeiros, como encarna um ideal de serviços fundado sobre uma competência, representando o progresso da expertise ao serviço da democracia.

Verificam-se aqui já elementos que serão fortemente destacados pelo funcionalismo.

### 3.2.2 O funcionalismo

De acordo com Sandalowski (2012), o funcionalismo possui seus clássicos e suas derivações na sociologia contemporânea. No que tange ao estudo das profissões, o



funcionalismo apresenta-se como uma forma distinta do funcionalismo absoluto visto na antropologia. Nesta perspectiva, a profissão tem especial interesse, uma vez que esse funcionalismo entende que a característica marcante da sociedade industrial seria justamente o advento de grupos profissionais, e não o sistema capitalista ou o livre mercado.

Assim, na abordagem funcionalista da sociologia das profissões, a preocupação se volta para a produção de um conjunto de esquemas classificatórios que isolavam as profissões das ocupações. Daqui emerge especificamente o conceito de profissão, de natureza enumerativa. É também a partir desta corrente que as profissões de medicina e advocacia são eleitas como tipos ideais. Os funcionalistas tendiam a valorizar política e socialmente o modelo profissional face ao modelo de trabalho assalariado e ao modelo empresarial, resgatando de Durkheim a ideia de que as profissões trariam benefícios para a sociedade capitalista, por proporcionarem manutenção da solidariedade social.

Parsons foi um dos sociólogos mais relevantes da contemporaneidade, tendo papel fundamental na institucionalização da sociologia no continente americano. No que diz respeito às análises sobre as profissões, é aqui que se consolida o modelo profissional como de prestação de serviço, fundamentado em três dimensões, que segundo Dubar (2005) teria o papel de articulador de normas e valores culturais, componente do paradigma “AGIL” parsoniano. Seriam essas dimensões:

- saber prático (saber teórico da formação mais saber derivado da experiência de aplicação – relação benevolente). Universalismo da ciência: valorização da realização (achievement) – do empreendedorismo;
- competência especializada com dupla capacidade: a que limita a especialização técnica da competência e a que limita a autoridade do profissional unicamente à área legítima de sua atividade e que funda seu poder social de prescrição e diagnóstico; e
- o interesse imparcial característica da dupla atitude profissional que alia neutralidade afetiva ao valor de orientação para o outro, interesse empático.

Assim, as profissões teriam papel no sistema de integração social. Para Parsons (apud DUBAR, 2005), a institucionalização dos papéis em profissões resulta de um equilíbrio entre a necessidade que o cliente tem do profissional e a necessidade para o profissional de ter clientes (característica das profissões liberais). Decorre ainda da dinâmica de legitimação que pode se apoiar nesse ajuste de papéis para definir um corpo de saberes independente dos indivíduos que ocupam a função e suscetível de ser ensinado, testado e controlado com a participação dos próprios profissionais e com o reconhecimento do Estado.

O modelo de Parsons não teria resistido mesmo aos demais estudos empíricos funcionalistas por não encontrar-se “traduções operacionais das dualidades” ressaltadas. A afirmação de Parsons de que a ciência sustenta nosso sistema cultural não teria sido totalmente comprovada (aquela que construiria o corpo de conhecimento técnico do profissional); nem a questão de que o ajuste entre interesse profissional e privilégios seria pacífica (no modelo parsoniano a necessidade do profissional justifica seus privilégios sempre). Nem mesmo a questão de que algumas necessidades sociais escapariam à lógica financeira pode ser observada nos estudos empíricos. Sem a relação com valores a teoria funcionalista das profissões parsoniana não se sustenta (DUBAR, 2005, p. 176-177).

De acordo com Maurice (apud DUBAR, 2005, p. 174), de diversos critérios que fariam reconhecer uma profissão, buscados em oito autores anglo-saxões, somente a característica de especialização do saber seria considerada como obrigatoriamente presente. Logo viriam a formação intelectual, e o ideal de serviço.

Dubar (2005), ao analisar o conceito de profissão resultante da corrente funcionalista, especificamente comparando dois autores (Maurice e Chapoulie) identifica uma distinção de extensão para o termo “profissão”.

Maurice	Chapoulie
Saber formalizado. Ideal de serviço. Inclui amplo grupo de profissionais procurando ser reconhecido como tais. Ênfase no reconhecimento de uma competência (saber legitimado). Inclui todos os especialistas altamente qualificados e assalariados a quem se reconhece saber legítimo.	Profissão como grupo social específico, organizado, reconhecido, que ocupa uma posição elevada fundamentada em uma formação prolongada. Limita os membros e exclui os integrantes de “semiprofissões” (que estariam em processo de profissionalização).

Quadro 4 – Extensão do conceito de profissão para os funcionalistas

Fonte: Baseado em Dubar, 2005, p. 174-175.

O primeiro autor amplia o conceito, através do qual poderíamos compreender quaisquer categorias profissionais que formalizassem sua competência através de institucionalização do saber. Já o segundo mantém certo limite para definição e consideração de todo e qualquer grupo profissional como tal. Esta segunda abordagem parece ser a que

favorece as “learned professions” como profissões por excelência (medicina, direito, em alguns casos a engenharia).

As teses funcionalistas teriam sido fundamentais para a delimitação do campo de análise sociológica das profissões e para a valorização da área no seio da sociologia. Por terem definido o objeto, foi possível sua utilização para a realização de estudos de mapeamento e de natureza empírica. Neste contexto podemos relacionar os trabalhos de Merton (utilizando conceitos de funções manifestas e latentes, além do de altruísmo institucionalizado) e de Wilenski (que identifica etapas no processo de profissionalização, especificidade das atitudes, valores e ações dos profissionais em oposição aos restantes grupos ocupacionais) (apud DUBAR, 2005; BARBOSA, 1993).

### 3.2.3 O interacionismo simbólico

São exatamente os estudos empíricos que acabaram por colocar por terra a ideia funcionalista da neutralidade das profissões no campo social, ao conseguir demonstrar a existência de grupos profissionais com maior ou menor status.

Algumas dessas perspectivas empíricas podem ser identificadas como contribuição da etnometodologia e do interacionismo simbólico, exemplificado por Hughes (DUBAR, 2005), que teve por mérito vincular o universo do trabalho aos mecanismos de socialização. O mundo do trabalho é tomado como um drama social, não reduzido a uma simples transação econômica; mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de si, engaja sua definição e reconhecimento sociais. Tinha a expectativa de tornar muito mais ampla a definição de profissão admitida até então pela sociologia das profissões (DUBAR, 2005, p. 186-187).

Para Barbosa (1993) o interacionismo simbólico na perspectiva da sociologia das profissões teve como limitações o fato de que o ponto de vista do ator é sobrevalorizado e minimiza as questões macrosociológicas, reduzindo o fenômeno profissional a estratégias de interpretação, tipificação e rotulação (ou seja, dá demasiado foco no ator).

O interacionismo simbólico é uma forma de compreensão a respeito de como compreender a realidade social, derivada da Escola de Chicago. Dentre os autores com essa perspectiva, é Hughes quem aparece como representante em relação à questão da profissão.

Em Everett Hughes (1897-1983) não haveria uma teoria da profissão, mas indicações e pistas de reflexão. O ponto de partida de toda a análise sociológica para este autor é a divisão do trabalho. As questões mais pertinentes a serem formuladas a um trabalhador seriam aquelas que revelassem que parte do trabalho lhes era mais penosa e quanto dessa parte poderia ser delegada a outro trabalhador. Um profissional seria aquele que pode relegar o trabalho penoso a terceiros, guardando para si a parte que lhe dá satisfação simbólica e uma definição prestigiosa (DUBAR, 2005, p. 177).

Para apreender o fenômeno profissional, Hughes introduz duas noções essenciais denominadas diploma (license – autorização legal para exercer determinadas atividades que outras pessoas não podem exercer) e mandato (mandate – obrigação legal de assegurar uma função específica). License e mandate constituem as bases da divisão moral do trabalho (processo pelo qual diferentes funções valorizadas por uma coletividade são distribuídas entre seus membros, tanto grupos como categorias de indivíduos, objeto de conflitos essenciais; essa divisão implica hierarquização das funções e cisão entre funções sagradas e profanas). Haveriam duas operações que presidem a seleção dos profissionais: separá-los dos outros (license) e confiar-lhes uma missão (mandate) (DUBAR, 2005, p. 177-178).

Os profissionais providos de license e mandate apresentam dois atributos: saber condenável (guilty knowledge – conhecimento que pode ser considerado tabu social e mantido em segredo como no modelo médico-paciente, padre – pecador, advogado -cliente) e a existência de instituições destinadas a proteger o diploma e conservar o mandato dos membros (mantendo os profissionais afastados dos profanos, proteger o segredo, revalidar licença e mandato, administrar a questão dos erros profissionais).

Entre os critérios defendidos por Huges na questão das profissões, está a definição como carreira e meio de socialização: uma vez que as associações regulam a entrada de membros, conseguem fazer com que se crie e compartilhe uma determinada visão de mundo que inclui os pensamentos, valores e significações implicados no trabalho. Assim toda profissão tenderia a criar um grupo de pares com seu código informal, regras de seleção, interesses e linguagem comuns e secretar estereótipos profissionais, excluindo de fato quem não corresponde a eles. Neste ponto são importantes os estudos interacionistas simbólicos a respeito da estereotipação de profissões e relegação de sub-públicos ou funções desvalorizadas para aqueles que não se encaixam no padrão homem branco, anglo-saxão de cultura protestante – grupos marginalizados – negros, mulheres, minorias étnicas e religiosas.

Desta forma pode-se compreender por que estudos empíricos interacionistas simbólicos questionam a existência de comunidades profissionais integradas e reguladas conforme o modelo de Parsons (harmônico) (DUBAR, 2005, p. 181).

Os mecanismos de socialização profissional são bem descritos por Hughes (ele fala de três), e esse é um dos méritos desse autor e da escola de Chicago: vincular o universo do trabalho aos mecanismos de socialização. O mundo do trabalho é tomado como um drama social, não reduzido a uma simples transação econômica. Mobiliza a personalidade individual e a identidade social do sujeito, cristaliza suas esperanças e sua imagem de si, engaja sua definição e reconhecimento sociais.

Embora Hughes (apud DUBAR, 2005) tenha tido a perspectiva de tornar muito mais ampla a definição de profissão admitida até então pela sociologia das profissões, teve como limitações a continuação de estudos das profissões liberais, muito estreitamente ligado ao contexto americano e sua regulamentação jurídica a respeito da distinção entre “professions” (cujos membros podem se organizar em associações profissionais) e “occupations” (cujos membros podem ter apenas organizações sindicais). Mesmo que alguns membros consigam ou consigam parcialmente definir-se como profissões, o termo torna-se o resultado de uma implicação resultante da capacidade do grupo desenvolver uma argumentação convincente para se fazer reconhecer e legitimar mediante ações coletivas múltiplas.

Além disso, permanece a limitação de considerar que atividades assalariadas não incluídas no processo de profissionalização não comportariam socialização profissional. As categorias e noções forjadas a partir do estudo das profissões são frequentemente vagas e difíceis de transpor a outros empregos. Quando se trata de assalariados menos qualificados, as normas de socialização não se aplicam, e se recomendam o uso de sociologia do trabalho, das organizações e das relações profissionais, que não utiliza os mesmos paradigmas da sociologia das profissões.

### 3.2.4 Os autores de linha weberiana

Barbosa (1993) afirma que embora tenham sido as abordagens etnometodológicas da sociologia que tenham conseguido comprovar a diferença de poder entre as profissões, a teoria que consegue explicitar esse traço parte de autores de tradição weberiana. Segundo a

mesma autora, é por esse viés de estruturar o campo de ação além do ator que as abordagens de linha weberiana na sociologia das profissões se embasam.

Na abordagem weberiana as categorias centrais de análise são poder, mercado e monopólio, fazendo destacar dois pólos. Num deles a ênfase na dimensão cognitiva, no outro ênfase à dimensão organizacional ou institucional do processo de profissionalização. Estes pólos seriam apenas no sentido de ênfase, uma vez que, nesta linha, a dimensão cognitiva, ou seja, o controle sobre determinada área do saber é o elemento essencial para a organização de um grupo profissional (BARBOSA, 1993).

É difícil generalizar linhas nos estudos desenvolvidos pela corrente weberiana da sociologia das profissões, especialmente porque há distintas interpretações a respeito do que é o poder. O que une esta linha é a apresentação de uma maior historicidade em relação ao funcionalismo, tendo como núcleo de análises o processo de profissionalização (processo pelo qual algumas áreas da divisão do trabalho são monopolizadas por determinadas categorias de trabalhadores). O processo de profissionalização parte de um pressuposto de luta/usurpação da honra ou prestígio. Guildas medievais como parâmetro, ainda que negativo, para caracterização dos grupos sociais (BARBOSA, 1993).

Com Freidson podemos ter uma boa compreensão da relação entre a criação, a transmissão e a aplicação do conhecimento formal e do poder das profissões. A profissão é entendida por Freidson (1998) como um processo pelo qual uma ocupação obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlando a formação e o acesso, assim como detendo o poder de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado, a partir da afirmação das suas habilidades especiais, da qualidade singular de seu trabalho e dos benefícios que este trabalho proporciona para a sociedade. Também identifica a diferença entre profissão e ocupação, sendo que o processo de profissionalização de uma ocupação pode ser identificado com a busca por esse poder de controle já descrito.

Segundo Barbosa (1993, p. 11), em Larson a profissionalização configura-se como uma nova forma de desigualdade estrutural. Baseada em Polanyi, Larson acredita que as mudanças na sociedade moderna fizeram com que o mercado se tornasse a instância fundamental da sociedade. Paralelamente a isso, haveria uma mudança na forma de estruturação do conhecimento e sua relação com outras instâncias do saber, transformando a posse de conhecimento em uma propriedade como outra qualquer. Logo, para Larson (apud BARBOSA, 1993) o estudo das profissões vincula-se à compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade, em especial à problemática dos intelectuais e sua posição na estrutura social: as profissões são grupos organizados de forma a melhor ocupar posições de

poder dentro da estrutura mercantil através do monopólio de um conhecimento específico. Pode-se afirmar que Larson busca articular as teses marxista e weberiana: há uma relação de status objetivamente ligada ao lugar no sistema produtivo, mas há disputa de interesses dentro de um monopólio de atuação específico.

Para Larson (apud BARBOSA, 1993) a divisão do trabalho social não permite que atribuições tecnicamente próximas se unam simplesmente, isso depende da questão do status. Para conseguirem ser legitimadas, a divisão deveria ter agora critérios que ultrapassassem status, sendo homogêneas, universais e autônomas as distinções. Logo, o profissionalismo pode ser compreendido como um processo coletivo de mobilidade social, articulado em torno de um determinado tipo de conhecimento cujo monopólio permite controlar um mercado definido, buscando não só o monopólio pela expertise, mas também pelo status.

Já Freidson (apud BARBOSA, 1993, p. 10) partiria da relação entre criação, transmissão e aplicação do conhecimento formal e poder. Para superar a dualidade entre democracia e tecnocracia; este autor procura compreender o papel do saber institucionalizado no mundo a partir de seus agentes e portadores.

Para identificar estes agentes (intelectuais, técnicos, profissionais, experts, intelligentsia) Freidson analisa os meios de obter os recursos materiais que permitem a algumas pessoas tornarem-se agentes de conhecimento. Nas sociedades modernas, este procedimento faz com que esses agentes sejam identificados com os membros das profissões. As profissões podem ser definidas pelo fato de seus membros serem submetidos em variados graus à educação superior e ao conhecimento formal que ela transmite (BARBOSA, 1993, p. 10).

Assim, o sistema de produção de credenciais é o elemento central para análise das condições institucionais que permitem às profissões exercer o poder. Entretanto, as credenciais por si próprias não são suficientes, é necessário controlar pelo lado da demanda: os profissionais são vistos como gatekeepers. De alguma forma, mas principalmente por meio da ação do Estado, cria-se a obrigatoriedade de se utilizar o trabalho de um profissional para que se tenha acesso a um bem ou serviço no mercado. O profissional liberal clássico deixa de ser o mais representativo da realidade – a imensa maioria dos profissionais precisa de empregos e passa a depender, portanto, de um mercado interno de organizações que possam atrair clientes. Logo, os profissionais precisam intervir ou influenciar políticas da organização, e isto pode ser feito através do credenciamento institucional. É este sistema que vincula mercado e educação – sua função principal é estabelecer um conjunto sistemático de

sinalização de mercado que sirva como base para credenciar instituições de ensino superior e seus alunos (BARBOSA, 1993, p. 12).

A partir do sistema de credenciamento formal, Freidson discute toda uma série de questões que compõem a pauta principal da sociologia das profissões: o declínio do profissionalismo pelo assalariamento dos profissionais, a autonomia técnica e o controle sobre o trabalho, gestão e controle burocráticos, formas de diferenciação dos grupos profissionais, representatividade e diferenciação interna. O saber institucionalizado (fonte de poder nas sociedades modernas) é o eixo em torno do qual giram as explicações para a posição dos grupos profissionais na estrutura social. Além disso, foca na importância do papel legitimador que a ciência assume nas sociedades modernas.

Em Larson e Freidson a dimensão cognitiva, ou seja, o controle sobre determinada área do saber é o elemento essencial para a organização de um grupo profissional. Entretanto, enquanto Freidson afirma a existência de um poder profissional, Larson o classifica como ilusório: a profissão seria uma ideologia para mantê-los como funcionários proletarizados em grandes instituições burocráticas (SANDALOWSKI, 2012).

### 3.2.5 Abbott e a teoria sistêmica

Abbot tem um lugar de destaque no estudo da sociologia das profissões, apresentando um aprofundamento nas teses de poder e monopólio, mas criticando a forma como conceitos foram até então apresentados na tradição da disciplina:

1. “O estudo das profissões deve centrar-se nas áreas de actividades sobre as quais detêm o direito de controlar a prestação de serviços – jurisdições isto é, no tipo de trabalho que desenvolvem e nas condições de exercício da actividade, e não apenas nas suas características culturais e organizativas.
2. As disputas, os conflitos e a competição em áreas jurisdicionais constituem a dinâmica do desenvolvimento profissional, pelo que a história das profissões é a história das condições e conseqüências da apresentação de reclamação da jurisdição, por parte dos grupos ocupacionais, sobre áreas de actividades que já existem, são criadas ou estão sob o domínio de qualquer grupo.
3. As profissões existem no conjunto do sistema ocupacional e não como entidades isoladas, pelo que sua abordagem deve considerar o sistema de interdependência que caracteriza as relações entre os grupos profissionais.
4. O principal recuso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o conhecimento abstracto controlado pelos grupos ocupacionais: a abstracção confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstracção permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas.



5. Os processos de desenvolvimento profissional são multidireccionais, não se podem sustentar as teses de tendências (profissionalização ou desprofissionalização) (RODRIGUES, 1997: 94-95).

Quanto maior o grau de abstração do conhecimento que as profissões controlam maior sua diferenciação na sociedade. Esse grau seria variável no tempo e espaço.

Abbot introduz a ideia de jurisdição (laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle). De acordo com Barbosa (1993), essa ideia abre a possibilidade desse vínculo ser mais social que técnico, abrindo espaço para compreensão do processo conflituoso de luta pela monopolização dos espaços profissionais. Mas apresentaria restrições porque os limites entre jurisdições são colocados mais técnica do que socialmente, baseados na lógica de desenvolvimento das disciplinas. Além disso, há a pressuposição tácita de que a divisão social do trabalho apresenta um conjunto fixo de tarefas que podem mudar de mãos, mas que não poderiam ser criadas.

### 3.2.6 Bourdieu – contribuições para o estudo das profissões

Embora as análises weberianas ressaltem o caráter de luta na monopolização pelo saber (BARBOSA, 1993, p. 13), compreende-se que é necessário um modelo que dê conta de forma mais ampla do problema da profissão, seus atores e estruturas ainda que possam oferecer algum subsídio no que se refere a cada uma dessas dimensões em separado.

Bourdieu refere-se à sociologia como uma espécie de topologia social, representando o mundo social como um espaço de várias dimensões, construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição. Os agentes e grupos sociais são definidos de acordo com suas posições relativas nesses espaços (BOURDIEU, 2010, p. 133-134). Esse espaço poderia ser descrito como um “campo de forças, ou seja, um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes”. Campos podem ser compreendidos como

espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 119).

A cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre como poder e como coisa em jogo nesse campo. A posição de um determinado agente no espaço social pode ser então definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, o capital econômico, cultural, social ou simbólico (prestígio, reputação, fama) que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Pode-se, através desses elementos construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto, que permite pensar cada agente em todos os espaços de jogos possíveis.

Ou seja:

[...] Os agentes e os grupos de agentes são assim definidos por suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível [...] Pode-se descrever o espaço social como um espaço multidimensional de posições tal que toda posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes [...] (BOURDIEU, 2010, p. 134-135).

Cada campo tem sua lógica e hierarquia próprias. Esta última se estabelece entre as quantidades de capital possuído pelos agentes. Os agentes distribuem-se nesse espaço social primeiramente pela quantidade de volume global de capital, e em uma segunda dimensão pelos tipos de capital possuído. Além do capital entendido como aquele aplicável a práticas mercantis (econômico), Bourdieu amplia a definição para os de tipo social (relativo à relações sociais que possam ser capitalizadas), cultural (que remete a saberes e conhecimentos que podem ser certificados por diplomas e títulos) e simbólico (aquilo que pode ser remetido a prestígio e honra) (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2012).

Outro conceito fundamental em Bourdieu é o de habitus:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que pode ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las, e por ser tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BORDIEU, 1992, p. 175).

De forma geral, pode dizer que habitus são as práticas, ações, discursos, atos, “princípio gerador” de um campo, isto é, são formas de agir e pensar, construídas histórica e socialmente, internalizadas pelos agentes sociais, mas que parecem naturalizadas.

Desta forma, o conceito de campo remete à uma epistemologia que compreende o mundo social como relação de estruturas invisíveis; é um espaço organizado de posições de luta entre os que possuem o capital em disputa e os que não possuem. Essas lutas têm por objetivo a apropriação do capital relativo ao campo. Capital social se refere a relações que facilitam as estratégias de consecução do capital simbólico que, por sua vez, refere-se àqueles elementos que estão em disputa no campo.

Entre as distintas formas de capital, o capital cultural seria aquele que representa o processo de acumulação de conhecimento e valorização social das habilidades, por isso, crucial para explicar as profissões (SANDALOWSKI, 2012, p. 52). Para Barbosa (1991), o capital cultural seria o principal eixo de estruturação das mesmas, pois seria através dele que seriam definidas as condições de produção, de distribuição e de controle profissionais, obtidas pela educação, por sua organização, hierarquização e representação (Idem).

O capital cultural é, portanto, aquele que consegue posicionar relativamente os profissionais dentro de um determinado campo social.

Habitus é um modo de ação e de pensar originadas na posição que ocupa um agente dentro do campo, que diz respeito à internalização de regras de comportamento e pensamento pelo agente social. O habitus auxilia a construir o campo no qual estão situados de forma a significá-lo. Logo, também é condicionado pelo que existe e precisa ser representado, mas também carrega representações pré-existentes.

Este modelo de análise permite uma compreensão menos rígida a respeito das profissões, indo além da necessidade de conceituação a respeito do que caracteriza ou não uma profissão. Desloca-se então a análise para o quanto de capital cultural uma profissão carrega. Quanto mais reconhecida uma profissão, maior seu capital cultural.

### **3.3 A aplicação do referencial teórico à profissão de arquivista**

Em relação aos arquivistas enquanto ocupação, profissão ou grupo social, entende-se que o funcionalismo parece ter contribuído como teoria que formaliza sua busca por reconhecimento. No desenvolvimento da formalização no Brasil observa-se, num primeiro momento a organização em associação, logo uma preocupação com a criação de um curso superior. Como verifica-se no excerto abaixo, na apresentação do projeto de criação do primeiro Curso Superior de Arquivo, no 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972):

O nível universitário trará, como consequência lógica, a elevação da carreira em todo Governo Brasileiro. Já se percebe a repercussão e os diversos setores já se preocupam em propor novo “status” para os arquivologistas, em suas reestruturações (CASTRO, 2008, p. 148).

A busca pela institucionalização do saber faz parte do projeto de reconhecimento da profissão como digna de tal denominação. A abordagem funcionalista da profissão parece ter conduzido a organização da categoria de arquivistas até a formalização da profissão por meio da legislação (6.546/78) já citada anteriormente. Mas ela não parece servir ao propósito deste trabalho enquanto ferramenta para a análise devido à sua metodologia que entende as profissões como grupos com papéis determinantes para a ordem social, que quando abalada gera problemas sociais. Tal abordagem funcionalista é interessante por parecer expressar o ideal profissional buscado pela classe arquivística, ao menos em seus primeiros anos de organização.

Em relação ao interacionismo simbólico, embora se possa visualizar algumas características aplicáveis aos arquivistas, dificilmente seria possível provar uma clara separação entre *licence* e *mandate*, embora se possa, com algum esforço, demonstrar aspectos que poderiam ser tomados como exemplo.

O modelo não se aplica ao caso dos arquivistas, uma vez que a alta densidade de identificação com o grupo profissional não é tão presente, como sugere a proposta de Hughes. Para ele, uma profissão seria aquela que pode delegar a parte mais penosa do trabalho a outra categoria ou ocupação. Embora se visualize essa tentativa na separação entre arquivistas e técnicos de arquivo na Lei 6.549/78, essa subcategoria de fato não existe, nunca conseguiu ser totalmente formalizada. Até hoje não há cursos técnicos em arquivo, apenas uma possibilidade de registro com esse nome no Ministério do Trabalho no caso de cumprimento de certo número de créditos na graduação em arquivologia.

Em relação aos autores de linha weberiana como Freidson e Larson, embora admita-se que as questões de monopólio e poder sejam visíveis neste caso empírico, devido ao caráter de formalização da formação (curso universitários), verifica-se que isso não foi suficiente para que a categoria atingisse um status reconhecido. Mesmo com necessária formação universitária desde 1978, associações profissionais e vagas em concursos públicos com boas perspectivas salariais, não é comum encontrar quem saiba de que se trata a profissão, quanto mais de sua importância na sociedade.

O conceito de jurisdição de Abbot no caso dos arquivistas pode ser explicativo. Justificaria-se a limitação do trabalho arquivístico ao tratamento do conjunto de documentos

produzidos e recebidos de forma orgânica por pessoas, instituições e famílias, enquanto a biblioteconomia trataria dos fluxos de informação. Por sua vez, a jurisdição dos bibliotecários estaria ligada ao trabalho com peças que são produto de atividade cultural (diversos exemplares – sua significação não depende da relação que mantenha com outras peças). Bibliotecas são coleções, arquivos são conjuntos orgânicos.

Entretanto, não se aceita aqui a pressuposição tácita de que a divisão social do trabalho apresenta um conjunto fixo de tarefas que podem mudar de mãos, mas que não poderiam ser criadas. Isso é claro no caso das profissões da informação, que se afirmam e distinguem pelas novas formas de criação e uso da informação a partir da metade do século XX.

Da revisão teórica da sociologia das profissões incorpora-se aqui a preocupação com a não tipificação ideal das categorias de profissão e ocupação, justamente a proposta que deu fôlego aos estudos iniciais desse campo específico da sociologia. O interacionismo simbólico, embora tenha sido relevante para revelar o funcionamento das profissões não parece agregar muito ao caso específico dos arquivistas, como já explicado em relação à abordagem de Hughes.

Embora haja uma organização de conhecimento abstrato que leva o conhecimento arquivístico para dentro das universidades como diversas outras profissões, questão importante para diversos autores (Parsons, Freidson, Larson) esse conhecimento não lhe garantiu controle do monopólio (Weber, Larson) ou mesmo daquilo que Abbot entende como jurisdição.

O conceitual de Bourdieu parece ser o mais adequado para a análise da dinâmica da profissão de arquivista, embora ainda não se possa nomear esse campo. Tanto no campo científico como no mercado de trabalho a arquivologia disputa com a biblioteconomia, a história e em alguns casos, com a tecnologia da informação por jurisdição.

É necessário ressaltar que o modelo de campo em Bourdieu parte do princípio de que a partir da modernidade diversas esferas se autonomizam no mundo social, passando a ter um funcionamento compreensível a partir de suas próprias interações. Toma-se assim a arquivologia como parte de um campo que é composto pelos elementos de sua formação superior, campo científico e campo de atuação profissional, mas também de outras profissões e estruturas que em conjunto moldam o campo e as possibilidades de atuação (associações profissionais, universidade, Estado, instituições arquivísticas nacionais e internacionais).

Logo, o elemento de busca dos arquivistas no caso da aplicação do modelo bourdesiano é o da procura pelo capital simbólico. Teríamos uma hipótese ao considerar que tal busca por capital simbólico esteja estruturando um habitus profissional, uma vez que o

caráter de proselitismo da profissão é altamente estimulado tanto pelos cursos de graduação, quanto pelas associações profissionais, estudantis e acadêmicas.

Embora cada corrente dentro da sociologia das profissões possa de alguma forma contribuir com elementos que expliquem as profissões e seu caráter socializante, nem todas conseguiriam dar conta da questão dos arquivistas. Isto se dá por diversas considerações, inclusive metodológicas. Algumas dessas correntes nem mesmo consideraria a arquivologia como profissão, no máximo talvez, uma ocupação em vias de profissionalização.

Essencializar a categoria profissão não parece ser útil para os estudos contemporâneos, uma vez que, e principalmente no caso de novas profissões ou profissões que passaram por reformulações devido a novas tecnologias ou processos de burocratização, como no caso dos arquivistas, a tipificação fica cada vez mais ampla. Corre-se o risco de desconsiderar a historicidade das profissões.

Parece-nos que o modelo de Bourdieu é o que oferece maiores possibilidades explicativas, por ter categorias amplas e relacionais, sem que precisemos tomar as categorias de profissão e ocupação como ponto de partida, mas como símbolos em disputa no campo.

A seguir, busca-se aplicar os conceitos aqui levantados na análise dos dados coletados.

## 4 AS REPRESENTAÇÕES DOS ARQUIVISTAS

Neste capítulo procura-se destacar alguns dos dados coletados, procurando sustentar a compreensão da profissão de arquivista como uma das categorias que disputam espaço no campo informativo documental contemporâneo, juntamente com a biblioteconomia, a história, a ciência da informação e mesmo a tecnologia da informação, em alguns aspectos.

Procurou-se dividir os tópicos conforme aspectos que foram chamando a atenção durante a análise. São postagens nas redes sociais e trechos de entrevistas que ressaltam compreensões dos arquivistas acerca de sua profissão, sua concepção de memória, e da relação da arquivologia com a ciência da informação. Esta última trata-se de área que institucionalmente abriga a arquivologia, posição que não parece ser consensual entre os entrevistados.

As postagens foram coletadas entre 2012 e 2014, tendo algumas delas data anterior pelo fato da postagem não ser a mesma do compartilhamento. Considerou-se mais importante o fato do compartilhamento justamente pela implícita aceitação e concordância com as ideias implícitas na postagem que o usuário transmite ao realizar essa ação.

Algumas características dos entrevistados podem ser visualizadas no Quadro 5.

<b>Entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Ano de graduação em Arquivologia</b>	<b>Estado (UF)</b>
1	30	F	2009	AM
2	32	F	2012	PB
3	36	M	2010	BA
4	30	F	2008	RS
5	27	F	2008	RS
6	53	M	1989	RS
7	43	M	1998	RS

Quadro 5 – Características dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas foram realizadas em duas fases. A primeira em outubro de 2012, durante o V Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Salvador. A segunda se deu entre outubro de 2013 e maio de 2014.

Para compreender as postagens em relação à profissão, é preciso dominar a ideia de *meme*. De acordo com Paiva e Nicolau (2013)

Quando um fato, imagem, vídeo, música ou ideia atrai a atenção de um grande número de atores que decidem participar através de remixagens, replicações e recombinações diversas, estamos diante de um meme (2013, p. 6).

Ainda segundo os mesmos autores:

[...] a motivação por trás da replicação de um meme normalmente está associada à busca de visibilidade, motivação que leva as pessoas a participarem do movimento. Para o autor, participar da difusão de um meme dá às pessoas a sensação de presença ampliada, como se estivessem indo por todos os lugares onde este se espalha (2013, p. 6).

Desta forma, considera-se que a posição de Recuero (apud PAIVA e NICOLAU, p. 6) para quem a difusão dos memes está associada ao capital social “de forma que, ao disseminar uma informação, o ator espera receber em troca algum reconhecimento ou aumento de sua reputação e influência”.

Existem sites que permitem a criação de imagens engraçadas através da combinação de memes populares com textos acrescentados pelo usuário. O contexto primário dos memes compartilhados pelos arquivistas será explicado em notas de rodapé.

Recapitula-se aqui alguns dos conceitos a serem operacionalizados com os dados coletados.

#### **4.1 A profissão**

O conceito de profissão, como visto, apresenta um histórico bastante complexo de acordo com o viés metodológico aplicado ao mesmo. Do ponto de vista de tradições distintas, desde a abordagem clássica da sociologia, com Durkheim, Weber e Marx, passando pelo funcionalismo, interacionismo simbólico e teorias que procuram articular a dualidade estrutura/ação, como a de Bourdieu, o conceito pode ser compreendido de maneiras conflitantes.

O funcionalismo apresentava a profissão como uma ideia fechada. Embora esta linha tenha sido especialmente importante para o desenvolvimento da sociologia das profissões,



nota-se que seus estudos preocupavam-se em definir quais seriam as características e determinado grupo deveria apresentar para poder ser assim denominado. Embora a concepção funcionalista de profissão não seja aqui tomada como perspectiva de análise, pôde-se identificar alguns discursos que apresentam uma visão bem definida do que seria ou não profissão.

tem que ser conselho tem que ser exatamente pelo modelo legal do país, a gente sabe de... eu sempre tive essa ideia que a gente tem uma lei e lei tu não precisa de conselho pra executar, lei é lei, pronto. Eu posso entrar com um queixa, eu posso entrar com uma denúncia, eu posso entrar da forma que for e existe uma lei, embora essa lei e alguns tentem questioná-la, mas ela é uma lei, ela está posta e ela está aí. (Entrevistado 8).

A questão da lei como definidora e legitimadora da profissão aparece também na seguinte postagem nas redes sociais, visualizada nas Figuras 1 e 2.



Figura 1 – Postagem sobre a profissão de arquivista  
Fonte: Facebook, 2013.

A postagem se baseia na Lei 6.546/78 para legitimar as atribuições de arquivista. Ressalta-se o caráter de gestor da informação. Observam-se comentários sobre o orgulho da profissão. Em dois deles aparece a expressão: “orgulho de ser arquivista”, em apoio à postagem que ressalta características que não tocam em nada relacionado à papéis, caixas, etc.



Figura 2 – Pela valorização da Lei 6546/78

Fonte: Facebook, 2012.

A Figura 2 parece demonstrar uma contradição com a Figura 1: o arquivista, de gestor da informação na postagem anterior agora é representado como pertencente ao lugar “arquivo”. Visualiza-se o diploma, trazendo lembrando a formação superior como elemento legitimador da ocupação desse espaço.

Apesar da existência da legislação que regula a profissão de arquivista, não há um órgão fiscalizador das devidas atribuições profissionais. Além disso, conforme pôde ser constatado, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apresenta termos confusos, muitas vezes ultrapassados, que em tese podem permitir a realização de atividades de arquivistas graduados por outros termos que, se utilizássemos o viés funcionalista, poderíamos identificar como uma “simples ocupação” (fitotecário, kardexista, arquivista de documentos, etc). Além disso, a CBO admite a atuação de jornalistas como uma especialidade.

A profissão não foi a primeira escolha de carreira pelos entrevistados, como pode ser visto no trecho abaixo.

Assim, eu costumo dizer que até agora ainda não conheci ninguém que tenha tido esse sonho de se tornar arquivista. Ainda não conheci essa pessoa. Comigo não

foi diferente. Eu até o vestibular não tinha nem ideia do que se tratava o curso de arquivologia [...] (Entrevistado 4).

Entre os motivos que levaram à escolha da profissão, destacam-se os seguintes trechos:

Eu precisava fazer uma coisa que eu gostasse, mas que eu pudesse trabalhar também pra me sustentar. [...] algumas profissões, tipo Administração, na época [...] Arquivologia é uma coisa diferente, vi que era uma coisa nova, que era diferente, li um pouco, achei legal o trabalho, assim...organização [...] E vi que tinha pouco profissional no mercado, então teria bastante oportunidade (Entrevistado 1).

Eu sempre me interessei muito por essa parte cultural, essa parte histórica, sempre me chamou muito a atenção. E também pela possibilidade de me colocar logo no mercado de trabalho, poder passar num concurso e ganhar estabilidade, dar uma melhorada na parte financeira." (Entrevistado 3).

Aí minha madrinha, que trabalha como oficial escrevente ficava sabendo de muitos concursos nessa área de arquivologia. Aí ela me falou "por que tu não faz arquivologia"? Eu nunca tinha visto falar. Daí fui pesquisar no site da universidade, as disciplinas, vi que era um curso relativamente curto perto dos outros. (Entrevistado 4).

E... também por que eu tava tentando Informática e era uma época que a procura era tremenda, muito grande e eu não consegui entrar em Informática realmente. (Entrevistado 7).

A maior parte dos entrevistados afirma que não conhecia o curso antes do vestibular. Entre os fatores que levaram à escolha do curso, destaca-se especialmente a grande ocorrência de concursos públicos, e a possibilidade de melhoria financeira após a formatura. Além disso, os fatores de duração do curso e baixa concorrência também foram citados. Entre os cursos desejados antes da escolha da arquivologia foram citados história, jornalismo, física, matemática e informática.

Percebe-se aqui o elemento do capital econômico como relevante para escolha ou permanência no curso de arquivologia, uma vez que os concursos públicos tem sido um grande mercado para esses profissionais.

Quanto à percepção dos agentes sociais sobre a profissão de arquivista, os entrevistados afirmam o desconhecimento e falta de compreensão à respeito da profissão.

[...] ninguém conhece, ninguém sabe o que é. Lá no Amazonas, pelo menos, quando eu falo lá, eu sou professora do curso de Arquivologia, ah, faz parte da Biblioteconomia? você dá aula na Biblioteconomia? ou, eles sempre lembram, pelo menos, de Biblioteconomia. Aí eu explico, não é que assim, Biblioteconomia é uma coisa, Arquivologia é outra. Mas acho que tem lugares aqui no Brasil que o pessoal nem sabe o que é de forma alguma, né. (Entrevistado 1).

E as pessoas também começam a se encantar: "ah, é tudo isso mesmo? Você tá louca, você vai mexer com papel, mofo... Aí eu começo a frisar justamente a importância né? Alguém precisa fazer isso... Quando eu falo da questão dos

concursos, principalmente as pessoas mais leigas, preciso explicar sobre essa parte. “Ah, mas um arquivista ganha um teto máximo de em torno de 25 mil, entendeu? Ah, nossa, então tu tá muito bem! (Entrevistado 2).

Meu deus, você tá fazendo Arqui-oque?. Arquivologia... arquivo, mas eu vô trabalhar com o quê. A gente vai trabalhar com documento. Ah... papel velho? Vai organizar papel velho. É assim... na verdade, você tem que quebrar, realmente, um paradigma, porque as coisas que tão nas cabeças das pessoas [...]. (Entrevistado 3)

Tem pessoas da minha família que até hoje não sabem, não entendem direito o que eu faço, confundem com outras áreas. Alguns acham que arquivista trabalha em biblioteca, outros acham que é da parte da arqueologia, ninguém entende muito bem! A gente tenta explicar, mas assim, como posso te dizer, teve uma época que isso me incomodava, sabe, aí as pessoas não sabem sobre o cursos de arquivologia, como é que pode, tem que ser advogada e etc. Hoje em dia já não me incomoda, eu explico e se a pessoa não entendeu eu deixo (risos). Mas acontece muito ainda, embora eu ache que hoje em dia as pessoas tenham mais conhecimento do que que é a área, porque assim ó, pela questão dos concursos, sempre tem vaga pra arquivista. Então as pessoas ficam "olha, tem bastante vaga na tua área", "ah os salários são bons". "Porque assim, por uma questão de reconhecimento social, porque acho que é uma questão que a gente busca ainda e que a gente não tem inteiramente. Até mesmo acontece aqui na universidade, o departamento de arquivo já existe há 20 anos e mesmo assim existem setores que não tem conhecimento da existência do setor de arquivos na instituição. (Entrevistado 4)

Porque por exemplo, fazem quatro anos que eu já tô aqui dentro e as pessoas não sabem quais são as minhas atribuições. Então muitas vezes passam por cima de mim, ou vão em busca de outros profissionais pra fazer aquilo que é da minha competência. Então às vezes eu me sinto um pouco indignada." (Entrevistado 5).

Percebe-se que algum reconhecimento aparece quando da situação de vantagens em concursos públicos e ofertas de salários. Embora o entrevistado 2 tenha exagerado um pouco (vinte e cinco mil reais), pelo menos nos cargos públicos a Lei 6546/78, que regula a profissão, tem sido atendida, e quando isso não ocorre tem sido papel das associações profissionais estaduais providenciarem correções de editais.

A mesma ideia de estranhamento é representada na postagem compartilhada, reproduzida nas Figuras 3 e 4.



Figura 3 – “Que curso você faz?<sup>12</sup>”

Fonte: Facebook.

<sup>12</sup> Este meme surgiu de uma cena de “A Montanha Enfeitiçada”, um remake de um filme de fantasia lançado em 1975 que conta a história de duas crianças com poderes paranormais, que precisam escapar de uma Organização Do Mal, com a ajuda do taxista The Rock e de uma especialista em OVNI’s. Na cena o personagem se espanta com a declaração de que as crianças são, na verdade, extraterrestres.





Figura 4 – “O que é arquivologia?”<sup>13</sup>

Fonte: Facebook.

O estranhamento a respeito do nome do curso e a associação do senso comum com papeis velhos, poeira e mofo é lembrada pelos entrevistados. O capital econômico é recordado aqui mostrando que apesar das dificuldades, o ganho financeiro seria promissor.

Apesar de reconhecerem que a profissão tem tido maior repercussão pelas vagas abertas em concursos públicos, entende-se que não há suficiente divulgação da mesma. Mesmo em universidades que apresentam em seus quadros arquivistas e cursos de arquivologia há vários anos.

A aposta na formação superior como dotadora de legitimidade e status feita nos anos 1970 não se confirmou. Imagina-se que na época a posse da formação superior em si, independentemente da área de atuação (excetuando-se as clássicas learned professions – medicina, direito, engenharia que claramente sempre mantiveram status mais elevado).

<sup>13</sup> O programa “Globo Repórter”, da Rede Globo de Televisão é famoso pelas chamadas sempre semelhantes, na maioria das vezes referidas à animais ou povos ‘estranhos’. Existe todo tipo de variação deste *meme*, desde torcedores de times de futebol, vegetarianos, profissões, etc., partindo de elementos que possam caracterizar traços peculiares de um grupo ou subgrupo social.

Assim, compreende-se que o capital cultural adjacente ao porte do curso superior em arquivologia não acompanha necessariamente o desejado capital simbólico de profissional com expertise e competências específicas.

A questão da concorrência com outros profissionais é citada como desigual, especialmente à respeito da não existência de um conselho profissional.

Olha, a associação está começando agora, na Paraíba, tem dois cursos de arquivologia. " Inclusive, eu sou uma pessoa totalmente a favor e espero que isso aconteça: os Conselhos Regionais. A maioria das profissões tem seus Conselhos Regionais e tem dificuldade, imagina a gente que não tem! E principalmente na área de Arquivologia gente, é importantíssimo os Conselhos Regionais. Vamos ter muito mais apoio, vamos ter pessoas que nos defendam, um órgão federal que nos defenda, entendeu? Defenda nossos interesses... Eu acho que é uma coisa que não tem pra onde correr, a gente precisa mesmo de um Conselho Federal. É todo mundo atua na nossa área, mas nós não atuamos na área deles. Então, é uma coisa desleal. E acho que justamente as associações, os sindicatos, e os conselhos regionais agindo acho que pode acabar isso. Pode não, deve acabar, porque "cada um no seu quadrado. Eu acho que tem que ser assim e deve ser assim. Mas eu acho que o problema está aí, os bibliotecários estão aí com grandes associações, com pessoas que estão defendendo eles. E o que está faltando pra gente é isso. Acho que se colocaram Conselhos Regionais, isso vai melhorar pra gente, com certeza, porque eu vejo a profissão do arquivista como a profissão do futuro. Alguém precisa resolver, organizar as coisas e o pessoal da Tecnologia da Informação está aí e tem que ser nossos aliados, não nossos antagonistas. (Entrevistado 2).

Apesar de que muitas vezes a própria associação exerce parte desse papel, principalmente em relação a esses concursos públicos. Acho que esse conselho fiscalizaria também a atuação desses profissionais que estão trabalhando num arquivo. A gente vê muitos absurdos cometidos por leigos na área da documentação, na área da informação. (Entrevistado 7).

A não-existência de um conselho profissional também aparece como preocupação do grupo, como se pode verificar na Figura 5.



Figura 5 – “Nenhum conselho me representa<sup>14</sup>”

Fonte: Facebook.

As associações profissionais existentes no Brasil procuram funcionar como fiscais em defesa do cumprimento da Lei 6546 (que regula a profissão de arquivista). Entretanto, os entrevistados sentem que mais do que a ocupação das vagas que apresentam atribuições de arquivistas, é necessário também fiscalizar a atuação profissional.

Nesse sentido podemos identificar o desejo do grupo por um conselho como garantidor não somente do capital econômico, ao assegurar as vagas a quem são devidas, com a devida formação, mas também a performance do profissional, forma de garantir um determinado comportamento aceito e regulado pelo conjunto de profissionais.

Entre as falas, percebeu-se dois trechos que referem-se à autoestima profissional:

<sup>14</sup> “No dia 7 de março de 2013, a Câmara dos Deputados elegeu Marco Feliciano Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Pastor e deputado eleito pelo Partido Socialista Cristão (PSC), Feliciano ganhou fama em 2011, quando usou seu perfil oficial no Twitter para fazer declarações polêmicas acerca do continente africano e se posicionando contra a união homossexual. O fato causou revolta em diversos setores da sociedade – militantes do movimento LGBT e apoiadores da causa –, provocando uma onda de protestos nas ruas e redes sociais na Internet.” (PAIVA E NICOLAU, 2013, p.2). A frase “Marco Feliciano não me representa” se espalhou nos mais diversos contextos, até que se diluiu em diversas formas de protesto contra qualquer coisa. Neste caso, contra a ausência de um conselho profissional que represente os arquivistas.



Poxa, não tem que ter vergonha. Uma coisa que falta no arquivista é autoestima. Muitos que eu conheço ainda não se convenceram. E se você próprio não se convencer do seu papel, como é que vai divulgar isso, como é que você vai passar isso pra frente? Eu acho que muitas vezes falta no arquivista autoestima. (Entrevistado 1).

E uma coisa que eu notei é... quando eu era de fora, quando eu era o estrangeiro, eu notei essa... uma autoestima muito baixa do curso, dos alunos, dos professores, de todo mundo, sabe. As vezes até eles gostavam de dizer... eles não diziam que era um arquivista, eles diziam que era um profissional da informação ou nem tinha assim cientista da informação na época, nem tinha ciência da informação. O CNPq e Capes não tinham classificado aqueles derivados daquele guarda-chuva artificial e inadequado pra gente, sabe. Altamente inadequado. A gente usava informação como sendo algo mais moderno, sabe. e se foi até pensado a possibilidade, mas me lembro que na época algumas discussões existiram de pensar em mudar a nomenclatura de arquivista, por que arquivista com a literatura da [...], Arquivologia, arquivística e levava ao técnico, ao fazer pormenorizados, sabe. Mas isso era bem coisa de baixa autoestima mesmo, sabe. Eu sempre gostei de me chamar arquivista mesmo, identificação, sabe... profissional, sempre sendo proativo no meu fazer, sabe... de gostar daquilo. (Entrevistado 7).

Aqui se interpolam duas questões: a autoestima e a vinculação da arquivologia à ciência da informação na Tabela de Áreas de Conhecimento da CAPES.

Em ambos trechos percebe-se que os entrevistados atribuem aos próprios profissionais a responsabilidade de ter orgulho da profissão, de não ter vergonha, de “entrar” para esse grupo, deixar de ser um estrangeiro.

Fenômeno semelhante ocorreu com os bibliotecários no início dos anos 1990: a busca por um novo nome que não carregasse a ideia ultrapassada de livros, poeira, etc, e que representasse a dinamicidade da informação independentemente do suporte. De acordo com o entrevistado, os arquivistas teriam sido levados pela moda de tomar a informação como objeto, para dar a ideia de uma maior conectividade com as novas tecnologias. A referência ao “guarda-chuva artificial” da ciência da informação aparece em defesa da arquivologia com objeto próprio – o documento de arquivo – apresentado no Capítulo 2. O trecho a seguir procura representar essa ideia:

A informação é claro que é parte essencial, por que documento é igual a informação registrada num suporte. Mas, não tem como pegar a informação, a gente entrou em alguns modismos. Modismos de [...]. Modismos de tradução dos materiais [...]. Algumas máximas como ultrapassar a barreira do documento, o documento foi um pouco demonizado. O suporte do documento foi um pouco demonizado, que a gente tinha que ultrapassar e chegar a informação. Tudo bem no sentido de acesso, mas enquanto objeto de estudo, enquanto fazer arquivístico é o documento sim nosso objeto, é isso que a gente precisa, sabe. E aí a gente não é ciência da informação. A gente interage com a ciência da informação, ela tá do nosso lado, assim como aconteceu com Museologia. Foi um modismo... assim como a ciência da informação foi também. A gente teve muita promessa da ciência da informação, [...] que a gente teve, a título de informação, a promessa era... a Arquivologia, a pobre... vocês vão adquirir

um status, e vocês vão adquirir um hall de mestrados em ciência da informação e doutorados em ciência da informação, que você vão levar muito tempo pra construir enquanto área. Isso não se consolidou. A minha [...] de Arquivologia não estão inseridas nesse mestrados, é só fazer uma pesquisa na Capes e no CNPq. Não estão. Esses mestrados e doutorados eles não se adaptam a gente. As pessoas tão indo lá fazer pesquisa, mas em outras linhas, mais genéricas. A pesquisa de Arquivologia do ensino com inúmeros autores da área, pesquisadores de renome fizeram pesquisa de Arquivologia de arquivo nesses mestrados e doutorados, mas não tão lá [...], não tão [...]. Olha quanto tempo passou. Então assim... pra mim esse cenário... a mesma coisa aconteceu com reforma, a mesma coisa aconteceu. A mesma coisa acontece com cursos que tem resistência a graduação em Arquivologia ainda. (Entrevistado 7).

Eu vejo a arquivologia como parte da ciência da informação, mas não vejo só como um pensamento aqui do sul. Eu acho que o pessoal do sudeste tem mais essa visão. Aqui nós vemos mais a arquivologia como algo mais isolados, assim, fora dos contextos. O que eu acho uma judiaria. Eu acho que deveria ser vista dentro dos contextos, como uma das ciências da informação, assim como a biblioteconomia, museologia. Eu acho que é uma parte que é muito recente, a parte acadêmica não vê assim ainda. (Entrevistado 4).

Aqui temos duas visões distintas: uma contra e a outra a favor da consideração da arquivologia como ciência da informação. Os dois argumentos são interessantes do ponto de vista da busca de reconhecimento da área: a inadaptabilidade das linhas de pesquisa e da representatividade de impacto nas publicações de um lado, e a possibilidade de explorar o contexto, a interdisciplinaridade. As duas formas de considerar a ciência da informação representam busca por reconhecimento com diferentes estratégias: uma unindo-se e aproveitando as oportunidades, outra contra, propondo uma nova área, com consolidação própria e independente, o que não significa necessariamente o isolamento.

A referência à cursos que resistem à graduação em arquivologia cita o contexto de algumas universidades, que com a ampliação dos cursos promovida pelo REUNI teve um especial crescimento graduações na área. O entrevistado cita que alguns departamentos de ciência da informação não estariam aceitando graduados em arquivologia como docentes em seus quadros, independentemente dos mestrados e doutorados. O campo científico do campo informativo documental contemporâneo, isto é, a distribuição de professores e pesquisadores na área também apresenta uma competição semelhante à atuação em instituições públicas e privadas que envolvam arquivos.

O importante aqui não é a realidade ou não deste fato, mas sim o fato deste dado apresentar-se. Ele demonstra a existência desse ponto de dissidência no fato da arquivologia estar incorporada como sub-área dentro da ciência da informação. Este posicionamento permite visualizar a questão de valorização acadêmica como algo relevante para a valorização profissional, como já citavam autores das mais diversas correntes, desde funcionalistas, como os pioneiros Carl-Sanders e Wilson, interacionistas como Hughes, e até weberianos como

Freidson. Em todas estas correntes da sociologia das profissões pode-se perceber como a valorização acadêmica, a demanda do licence, a certificação, são importantes para o estabelecimento de uma profissão.

Ainda assim, essas explicações não seriam suficientes neste caso. Outras profissões com licence e mandate, como cita Hughes, não conseguem prestígio social. Por isso, é interessante perceber como a uma compreensão de atores em um campo específico permite maior clareza para explicar as profissões. Somente os diplomas não garantem um capital cultural forte o suficiente para a hegemonia em um campo profissional.

Existe uma outra proposta de tabela de áreas de conhecimento feita em 2004 que não logrou aprovação, mas na qual a arquivologia encontrava-se independente da ciência da informação. Entende-se que sua independência traria maior volume de recursos, ou melhor direcionamento dos mesmo para os objetos de interesse específicos da área, incluindo nesse interesse a valorização de periódicos, linhas de pesquisa, etc. Isso demonstra uma tentativa de valorização da área como um todo, procurando a consolidação da arquivística como área de pesquisa legítima.

## **4.2 A memória para os arquivistas**

Em relação ao que consideram como mais relevante em sua profissão, a memória aparece como elemento constante nas postagens.

Os Arquivistas  
protegem o futuro  
das sociedades  
do esquecimento.

*AdB*

2010 parabéns a todos pelo  
dia do ARQUIVISTA

Assinar · há 12 horas

PARABÉNS AOS ARQUIVISTAS

Curtir · Comentar · Compartilhar

15 pessoas curtiram isso.

70 compartilhamentos

Escreva um comentário...

Patrocinado Ver Todos

Curtir esta página

The image shows a Facebook post. On the left is a graphic with a torn paper effect. The top part of the graphic has the text 'Os Arquivistas protegem o futuro das sociedades do esquecimento.' and a signature 'AdB'. Below this is a black and white historical photograph of a group of people, including children and adults, standing in front of a brick building. At the bottom of the graphic, it says '2010 parabéns a todos pelo dia do ARQUIVISTA'. On the right is the Facebook interface for this post, showing the post title 'PARABÉNS AOS ARQUIVISTAS', interaction options (Curtir, Comentar, Compartilhar), and statistics (15 likes, 70 shares). There is a comment input field and a 'Curtir esta página' button at the bottom.

Figura 6 – “Os arquivistas protegem o futuro”

Fonte: Facebook.



Figura 7 – “Garantir acesso e preservar a memória<sup>15</sup>”

Legenda: “Onde você trabalha os documentos vão para o ‘arquivo morto’? Conte-me como é garantir o acesso à informação e preservar a memória sem arquivista e gestão documental.”

Fonte: Facebook.

Estas postagens foram escolhidas entre diversas outras que apresentavam a relação da profissão de arquivista com a memória. Nestes e em outros casos não apresentados aqui, a memória é apresentada como dado “arqueologizado”. No Capítulo 2 foi possível verificar as diversas concepções dos estudos de memória, desde seus caráter mais “denso”, como a visão Halbwachs, até os estudos mais contemporâneos, tomando-a como parte do sistema cultural.

<sup>15</sup> De acordo com o site Youpix, “ o meme Willy Wonka Irônico surgiu nos EUA em janeiro de 2011. Trata-se de uma cena do ator Gene Wilder, que faz o papel de Willy Wonka, no musical de 1971, A Fantástica Fábrica de Chocolate. Nela, o personagem pergunta para as crianças se elas gostariam de conhecer a nova máquina de sua fábrica e faz uma expressão irônica. Na web, a imagem se popularizou com o termo “You Must Be New Here“, que ficou popular em fóruns e sites de relacionamento quando algum principiante aparecia. Logo depois, essa imagem começou a ser associada a um outro meme, chamado “Creepy Wonka”, que logo foi renomeado para “Condescending Wonka“, em outubro de 2011. A partir daí, Willy Wonka caiu no mundo e ganhou uma porção de versões com frases sarcásticas. Muitas delas continham “Tell me more...”, “Tell me all about it...”, que em português quer dizer “Conte-me mais sobre ...”. Daí, por aqui, muitos memes do Willy Wonka Irônico acabaram ganhando essa expressão também.”. (<http://youpix.virgula.uol.com.br/memepedia/a-origem-e-o-melhor-do-willy-wonka-ironico/>).

Compreende-se, assim como Peralta (2007, p. 14) que existe a “impossibilidade de uma memória pública unívoca”. Mas o que transparece nestas postagens e no cotidiano do trabalho dos arquivistas é o esvaziamento do conceito, reduzido àquilo que resta depois de da eliminação de documentos sem valor secundário, sem reconhecer que a construção desse recorte foi “feita”, não é natural.

A memória não se apresenta somente nos documentos. Mas parece ser responsabilidade desta categoria profissional providenciar para que esses vestígios de memória representem ao máximo o contexto em que se apresentam.

Compreende-se que o apelo à memória também se deve à grande repercussão que os estudos de memória tem rendido no campo acadêmico. “Memória” é um termo que saiu da academia principalmente através de políticas públicas que procuraram valorizar outras formas de valorização do patrimônio em seus mais diversos sentidos. Neste caso, observa-se o uso do conceito de memória de forma objetificada, como se ela existisse em si mesma. Entende-se esta estratégia como uma tentativa de incorporação de um papel importante para a sociedade: o de guardar a memória através dos arquivos. Entretanto, na maneira como a memória transparece nesses discursos parece implicar que ela só existe nos arquivos, e só resistirá com os arquivistas.

Considera-se que esta não é uma questão de ponto de vista disciplinar (arquivístico, histórico), mas de estratégia de valorização, de incorporação através da “guarda da memória” como mais um elemento alargador do capital social.

### **4.3 O campo informativo documental e o habitus dos arquivistas**

Pode-se então definir o campo informativo documental como o espaço de atuação de profissionais que tem como objeto de estudo ou trabalho a informação e os documentos, seja como recursos para a administração, seja como fontes para a memória e a história. Dentro desse campo, os arquivistas seriam um dos grupos profissionais buscando reconhecimento social como capital simbólico a acumular. Entre os profissionais do campo em questão, os arquivistas são os que tem apresentados os melhores salários relativamente, ou seja, capital econômico. Entretanto, o capital cultural representado pela graduação superior em arquivologia não apresenta o mesmo impacto que a formação em outras áreas.

O campo apresenta competidores mais bem aparelhados no sentido da defesa do capital econômico e simbólico, como os bibliotecários, dotados de conselho profissional e poder fiscalizador forte. No campo científico do campo informativo documental a multiplicidade de abordagens de tratamento dos arquivos acaba por minimizar o impacto das publicações, limitada à área de Ciência da Informação, classificada como ciência social aplicada.

O habitus, incorporação dos valores do campo, apresenta-se também como resposta ao campo. Os arquivistas estão sempre justificando sua posição no campo, utilizando seu capital cultural como estratégia de acumulação de capital simbólico. O recurso da defesa da memória também foi aqui compreendido como estratégia de capitalização, investimento em um tema bastante discutido e incorporado à sociedade nos últimos anos. Entretanto, percebe-se que a abordagem do conceito não parece ser operacionalizado de forma a permitir conversas entre os outros integrantes do campo informativo documental, o que isola e diminui ainda mais o capital simbólico da classe.

Características desse habitus seria a constante justificativa, a explicação de sua importância, a busca pela ativação de aliados, como nas postagens apresentadas.

O capítulo a seguir apresenta as conclusões da pesquisa.

## 5 CONCLUSÃO

À partir da apresentação da profissão de arquivista e de sua área de conhecimento, a arquivística no Capítulo 1, pôde-se introduzir o problema de pesquisa. Existe no Brasil uma profissão reconhecida legalmente, com necessária habilitação com ensino superior e necessário registro no Ministério do Trabalho, chamada “arquivista”. Embora essa profissão exista em outros países, não necessariamente ela é compreendida da mesma forma. Dentro da arquivística, o arquivista trabalha com a ideia de “documento de arquivo”. Mas no cotidiano, a profissão é relacionada comumente à papéis velhos, mofo, coisas velhas. Ou seja, não há prestígio diretamente associado á ser arquivista.

O levantamento bibliográfico explicitou a preocupação da sociedade ocidental com o tema das profissões desde os primórdios da sociologia. Com base em conceitos duros como “profissão” e “ocupação” começaram a se estabelecer os primeiros estudos sobre o impacto da escolha ou do simples porte de determinada execução de atividade. Esses estudos se consolidaram sob diversas linhas que nos permite identificar concordâncias com as principais escolas teóricas sociológicas do último século. Percebe-se então que “profissão” não é somente um conceito, uma categoria sociológica utilizada para análise. Ela é em si mesma um símbolo, uma condição que marca uma posição.

Através do modelo topológico da sociologia de Bourdieu é possível compreender como os agentes procuram alterar o poder simbólico da profissão. Existem diversas estratégias que podem ser ativadas, com resultados positivos ou não para que isso aconteça. Procurou-se então observar com que outros agentes e qual o objeto de disputa da profissão de arquivista dentro de algo que, num primeiro momento, foi concebido como um campo independente – o campo da arquivologia.

Resgatando o problema de pesquisa inicial e seus pressupostos, verificou-se uma alteração na concepção do campo inicial de análise. O objetivo geral da pesquisa era o de analisar como o processo de busca de reconhecimento da profissão de arquivista atuava na construção e constituição do campo arquivístico no Brasil.

O primeiro objetivo específico se propunha a apresentar a profissão de arquivista. Acredita-se que este objetivo foi atingido através da construção do Capítulo 2.



O segundo objetivo específico, levantar os componentes constituintes do campo arquivístico, foi alterado pela percepção de um problema conceitual nos termos da proposta do problema de pesquisa.

A base teórica para a análise selecionou o viés de Pierre Bourdieu e sua topologia social, em que os conceitos de profissão, profissionalismo e status são relacionais, não absolutos. O conceito de campo, fundamental nesta concepção, não admitira um “campo arquivístico”, visto que o mesmo não apresenta autonomia nem “regras” próprias e explicáveis por si mesmo. Em um outro momento da pesquisa pensou-se no campo da ciência da informação como área de conhecimento mais ampla.

Entretanto, o campo da ciência da informação pareceu insuficiente para explicar a participação de outros agentes, como os historiadores e profissionais de tecnologia de informação, que participam da concorrência com os arquivistas tratando dos mesmos recursos com distintas ferramentas e abordagens. Mas era inegável que se apresentavam no mesmo contexto.

Assim, aproveitando a concepção de Rendón Rojas (2012), adaptou-se o conceito para campo informativo documental contemporâneo. Considerou-se que é neste campo de relações que os arquivistas concorrem, buscando captar capital simbólico. Um de seus principais recursos, o capital cultural representado pela graduação em arquivologia, é uma de suas principais armas. Mas ele não é suficiente. Se assim fosse, o ponto de vista funcionalista estaria correto: conhecimento específico somado ao controle de seus pares e necessidade social de serviços é igual à prestígio e reconhecimento. Entretanto não é assim que a profissão de arquivista se desenvolveu.

A busca por reconhecimento parece estar incorporada nos agentes, gerando um habitus, que exige uma constante combatividade na defesa da área e da profissão. Aqui identificou-se que uma dessas estratégias inclui a defesa da memória como papel do arquivista, mas de forma muito superficial e pouco reflexiva. Esse parece ser o resultado do cumprimento do terceiro objetivo específico: levantar discursos dos próprios arquivistas e sobre o processo de constituição da profissão.

Nesse levantamento de discursos foi necessário explorar o conceito de memória, de como ele se apresenta nas ciências históricas em suas principais linhas. Percebeu-se que o conceito é muito amplo, sendo necessário que se explicita do que se está falando quando se fala em memória. Quando? Como? São diversas possibilidades de compreendê-la e incorporá-la, especialmente no contexto de desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa temática, desenvolvidas após a retomada da democracia, com a Constituição de 1988.

Percebeu-se que o discurso dos arquivistas parece “coisificar” a memória, como se ela fosse capaz de ser carregada, como se ela fosse ser perdida. Não se discorda dessa possibilidade: os arquivistas carregam um tipo de informação essencial e relevante para a qualquer tipo de compreensão do conceito de memória. Mas não são necessariamente as fontes mais confiáveis ou as únicas fontes possíveis.

É possível visualizar ainda uma discordância entre historiadores e arquivistas, os primeiros sendo um dos principais concorrentes dos segundos no campo informativo documental contemporâneo, especialmente em acervos ditos de “memória”. Os historiadores tomam os arquivos por fontes, exigindo, como foi o caso da fala de Leal (2012) novos tipos de fontes nos arquivos públicos. Os arquivistas defendem seu objeto: o documento de arquivo não é uma coleção voluntária.

A pesquisa não conseguiu captar o discurso dos agentes representantes das instituições em que trabalham arquivistas, isto é, não arquivistas. Sugere-se que essa temática seja explorada em outros estudos.

Ser arquivista é estar sempre explicando essa decisão, nas tarefas mais simples do dia-a-dia, como preencher um cadastro. A profissão, sob a análise sociológica, revelou uma teia de relações entre diferentes áreas e profissões em disputa. Espera-se que este panorama seja enriquecedor para auxiliar a compreender como uma escolha profissional pode conduzir comportamentos e influenciar na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. de O. Sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB.** Rio de Janeiro, n. 36, 2º Semestre 1993.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005. Semestral. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso em: 10 maio 2012.

BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei nº 6546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e dá outras providências. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei 8.159 de janeiro de 1991.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Ed.). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: CAPES. 2013. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (Ed.). Homepage. 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CASTRO, Á. de M. **Arquivologia: sua trajetória no Brasil**. Brasília: Stilo, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. Disponível em <http://www.cfb.org.br/>. Acesso em 10 jul. 2014.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Flores, 2005.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FREIDSON, E. **O renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**: Verbete: Capital Social. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

GONÇALVES, C. M. **Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento**. Revista da Faculdade de Letras – Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Série I, vol. 1991.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JARDIM, J. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 25, ago. 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/439/397>. Acesso em: 11 Ago. 2013.

LEAL, Elisabete da Costa. História e memória. Conferência apresenta em: Seminário “**Os ofícios de Clio III**”; 21 jun. 2012, Porto Alegre. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=wOxy\\_8rMA3o](https://www.youtube.com/watch?v=wOxy_8rMA3o). Acesso em: 15 maio 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p.101-117, jan. – jun. 2008. Semestral.

MARX, Karl. **Consequências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Ed. Populares, 1980.

MAYER, Eugenia. O fim da memória. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 31-44.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.7-28, 1981.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Antropologia, Escala e Memória**, n. 2 (Nova série), 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel et al. La manifestación dialéctica de los valores en el campo informativo documental. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p.1-18, 2012.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta Editora, 1997.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. Uma análise da teoria dos arquivos. 2004. 108 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Escola de Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SANDALOWSKI, Mari Cleise. Senhores do destino? A trajetória profissional como elemento condicionante à receptividade das novas tecnologias terapêuticas de manipulação de células-tronco em um setor da comunidade médica do Rio Grande do Sul. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDAN, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

SCHELLENBERG, T. R. A avaliação de documentos públicos modernos. In: **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Departamento de Eca- USP. São Paulo, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SOUZA, Renato Tarciso de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília: Senac, 2007. p. 78-172.

SOUZA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos. **A linguagem e a informação documentária**. Curitiba: Appris, 2011.

SQUIRRA, Sebastião. Sociedade do conhecimento. In: MARQUES DE MELO & SATHER, orgs., **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, Editora UNESP, 2005. P. 255-265.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.76-96, set. – dez. 2004.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.